

TCC/UNICAMP  
B446c  
IE/620

Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Economia



1290000620



IE  
TCC/UNICAMP B446c

## **Crescimento Populacional e Urbanização: o caso do Distrito de Joaquim Egídio - Campinas**



**Flávio Roberto Gomes Bento**

Monografia apresentada como  
exigência final do curso de  
graduação em Ciências  
Econômicas, sob orientação da  
Profª. Rosana Baeninger, e banca  
Prof. Dr. Pedro Ramos

Campinas - 1997 /

TCC/UNICAMP  
B446c  
IE/620

REC'D OC/IE

## **Agradecimentos**

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Rosana Baeninger, que contribuiu de maneira decisiva para a realização deste trabalho. Relato aqui sua total dedicação e seriedade no cumprimento do dever de mestre, no sentido verdadeiro da palavra.

À minha banca, Prof. Dr. Pedro Ramos, pelas sugestões e orientações.

Às pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus pais e irmãos pela dedicação e carinho.

A Vivien pelo “*companheirismo*”.

# ÍNDICE

|                                                            |    |
|------------------------------------------------------------|----|
| Introdução.....                                            | 1  |
| Capítulo I                                                 |    |
| Distrito de Joaquim Egídio e o Município de Campinas ..... | 4  |
| Capítulo II                                                |    |
| Formação Histórica do Distrito de Joaquim Egídio.....      | 10 |
| Capítulo III                                               |    |
| Aspectos Demográficos do Distrito.....                     | 22 |
| Capítulo IV                                                |    |
| Vocação e Meio Ambiente.....                               | 31 |
| Conclusão.....                                             | 38 |
| Referências Bibliográficas.....                            | 41 |
| Anexos.....                                                | 44 |

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste trabalho é analisar os processos que possam explicar os valores inferiores da taxa de crescimento populacional e do grau de urbanização do distrito de Joaquim Egídio em relação ao município de Campinas; ou colocado de outra forma, entender porque o distrito de Joaquim Egídio não acompanhou o mesmo ritmo de crescimento dos outros distritos.

O município de Campinas constitui-se em um importante pólo econômico-populacional do interior do Estado de São Paulo, registrando nas últimas décadas a entrada de expressivos contingentes populacionais, provenientes tanto de outros estados brasileiros quanto do próprio Estado de São Paulo.

⌘ Quando comparamos a evolução do crescimento populacional e do grau de urbanização do distrito de Joaquim Egídio verificamos valores muito inferiores em relação aos demais distritos que compõem o município de Campinas.⌘

Portanto, o distrito de Joaquim Egídio deve apresentar características peculiares em sua dinâmica interna, que o distingue dos outros distritos, tornando interessante o estudo do seu caso.

O capítulo I mostra a comparação do distrito de Joaquim Egídio com os outros distritos que compõem o município de Campinas, no que se refere a população total e grau de urbanização. Também é mostrado algumas especificidades de cada distrito que possam explicar as diferenças observadas.

O capítulo II trata da formação histórica do distrito e procura fornecer informações sucintas sobre algumas fazendas do distrito.

O capítulo III mostra alguns aspectos demográficos do distrito e a comparação e relação existente entre Joaquim Egídio e Sousas.

O capítulo IV procura mostrar a relação existente entre crescimento/meio ambiente para o distrito e a sua vocação, contrapondo aspectos da lei municipal com o discurso de

agentes institucionais locais através da realização de levantamento de informações de caráter qualitativo.

Espera-se que este estudo possa, de um lado contribuir para o entendimento do crescimento populacional heterogêneo no Município e, de outro lado, estimular novas investigações neste rico laboratório interdisciplinar que é Campinas.

## **CAPÍTULO I**

### **O Distrito de Joaquim Egídio e o Município de Campinas**

Campinas merece destaque especial , no contexto do interior paulista, por ter se constituído nos anos 70 em um importante pólo de recepção migratória.

No intervalo de 1960 a 1980, a população de Campinas aumentou (de 186 mil para 591 mil habitantes) a uma taxa anual de 6,2% na década de sessenta e de 5,8% na de setenta. A maior parcela desse crescimento deveu-se aos fluxos migratórios (Semeghini,1988).

Na década de 1960-70 o crescimento populacional foi de 162.306 habitantes, sendo o componente vegetativo responsável por 35,5% desse incremento e o componente migratório por 64,5%. Para a década 1970-80 o crescimento populacional foi de 288.695 habitantes, onde 38,7% é referente ao componente vegetativo e 61,3% ao componente migratório.

No fluxo da década 1970-80, predominam os migrantes com residência anterior no próprio estado de São Paulo. Dos estados tradicionalmente expulsos, Minas Gerais continuou responsável pelo maior contingente, mas o dado novo foi a elevada parcela vinda do Paraná, que se constituía em 1980 na principal origem dos migrantes com menos de dez anos de residência na cidade.

Quando comparamos as taxas de crescimento da população total do Estado de São Paulo, Capital e Campinas, de 1960 a 1980, observamos que o ritmo de crescimento populacional de Campinas foi mais acentuado. Ao passo que a taxa média estadual variou em torno de 3% a.a., no período considerado, o município de Campinas passou de uma taxa de crescimento 5,54% a.a., entre 1960-70, para 5,86% a.a., em 1970-80. Para a capital paulista, a dinâmica de sua população apresentou novas características, passando de uma taxa de crescimento de 5,23% a.a., no período 1960-70, para 3,72% a.a. entre 1970-80 (Baeninger,1992).

No período de 1960-70, a taxa de crescimento da população urbana de Campinas foi de 6,16% a.a., a do estado de São Paulo de 5,76% a.a. e a da Capital de 6,17% a.a.. Para o período 1970-80 verifica-se os respectivos valores: 5,83% a.a. ; 4,51% a.a. ; 3,62% a.a..



Em 1960, o grau de urbanização do município de Campinas já era de 84,4%, sendo que para o Estado esse número era de 62,8%. Em 1970 esse grau era de 89,7% para o Município e 80,3% para o Estado. Em 1980, 89,4% para Campinas e 88,6% para o Estado.

O processo de expansão urbana de Campinas a partir dos anos 50 ocorreu com o predomínio da expansão horizontal e da abertura de novos loteamentos . A partir dos anos 70, verifica-se o adensamento da ocupação em algumas regiões do município , principalmente na sua porção sudoeste (Campinas, 1996 a).

O município de Campinas é dividido política-administrativamente nos distritos de Campinas, de Sousas, de Nova Aparecida, de Barão Geraldo e de Joaquim Egídio. Os distritos de Sousas e de Joaquim Egídio tiveram origem no final do século passado, através da produção cafeeira (Campinas, 1996). A divisão política-administrativa do município de Campinas pode ser visualizada na FIGURA 1, Anexos.

Quando comparamos a evolução da população do distrito de Joaquim Egídio com os outros distritos que compõem o município de Campinas ( distritos de Campinas, de Sousas, de Nova Aparecida e de Barão Geraldo) verifica-se que a taxa de crescimento populacional daquele foi muito inferior. Para o período 1970-80 a taxa de crescimento populacional para o distrito de Joaquim Egídio foi de 0,73% a.a., enquanto que para os distritos de Campinas, Sousas, Nova Aparecida e Barão Geraldo apresentaram os respectivos valores em % a.a. : 5,68 ; 2,90 ; 23,29 ; 8,89. Para o período 1980-91 a taxa de crescimento populacional para o distrito de Joaquim Egídio foi de 0,31% a.a., enquanto que para os distritos de Campinas, Sousas, Nova Aparecida e Barão Geraldo apresentaram os respectivos valores em % a.a. : 2,03 ; 2,20 ; 3,26 ; 6,91, como vemos na tabela abaixo (Campinas, 1993).

**Evolução da População**  
**Distritos e Município de Campinas**  
**1970 / 1980 / 1991**

| Distritos          | População Total Censitária |                |                | Distribuição Relativa (%) |            |            | Taxas de Cresc. (% a.a.) |             |
|--------------------|----------------------------|----------------|----------------|---------------------------|------------|------------|--------------------------|-------------|
|                    | 1970                       | 1980           | 1991           | 1970                      | 1980       | 1991       | 1970/80                  | 1980/91     |
| Distr. de Campinas | 358.499                    | 622.696        | 776.696        | 95,21                     | 93,76      | 91,78      | 5,68                     | 2,03        |
| Joaquim Egídio     | 2.555                      | 2.749          | 2.843          | 0,68                      | 0,41       | 0,34       | 0,73                     | 0,31        |
| Sousas             | 5.783                      | 7.698          | 9.776          | 1,54                      | 1,16       | 1,15       | 2,90                     | 2,20        |
| Nova Aparecida     | 1.456                      | 11.814         | 16.815         | 0,39                      | 1,78       | 1,99       | 23,29                    | 3,26        |
| Barão Geraldo      | 8.204                      | 19.224         | 40.108         | 2,18                      | 2,89       | 4,74       | 8,89                     | 6,91        |
| <b>Município</b>   | <b>376.497</b>             | <b>664.181</b> | <b>846.238</b> | <b>100</b>                | <b>100</b> | <b>100</b> | <b>5,84</b>              | <b>2,22</b> |

Fonte: Fundação IBGE Censos Demográficos de 1970 e 1980;

Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991; apud Campinas, 1991

Em 1991, o grau de urbanização (%) era de 97,69 para o distrito de Campinas, 40,52 para Joaquim Egídio, 93,69 para Sousas, 97,44 para Nova Aparecida e 95,17 para Barão Geraldo.

**Grau de Urbanização (%)**  
**Distritos e Município de Campinas**

| Distritos            | Grau de Urbanização (%) |
|----------------------|-------------------------|
| Distrito de Campinas | 97,69                   |
| Joaquim Egídio       | 40,52                   |
| Sousas               | 93,69                   |
| Nova Aparecida       | 97,44                   |
| Barão Geraldo        | 95,17                   |
| <b>Município</b>     | <b>97,33</b>            |

Fonte: Fundação IBGE. Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991; apud Campinas, 1991

Com o Plano Diretor do Município de Campinas, o município foi subdividido em sete macrozonas que se diferenciam por suas características de dinâmica de desenvolvimento e para as quais definiram-se diretrizes estratégicas de orientação para um desenvolvimento adequado. A FIGURA 2, Anexos, mostra o macrozoneamento e as suas respectivas denominações.

A Macrozona 1 - Área de Proteção Ambiental - APA, compreende as APAs municipais de Sousas e Joaquim Egídio, parte da APA estadual dos rios Piracicaba e Jaguari, até a região dos bairros Carlos Gomes, Monte Belo e Chácara Gargantilha.

É uma área de reconhecido valor ambiental para o município, necessitando de gestões ambientalmente sustentáveis das atividades instaladas e a instalar, bem como medidas para preservação do seu patrimônio natural, urbanístico e cultural.

O distrito de Barão Geraldo está situado na Macrozona 3 e o distrito de Nova Aparecida na Macrozona 5.( ver FIGURA 2; Anexos)

No distrito de Nova Aparecida situam-se os núcleos de Aparecida e o conjunto habitacional Padre Anchieta. O conjunto Padre Anchieta tem alta porcentagem de imóveis verticais, com padrão de quatro pavimentos e de uso residencial. O maior grau de urbanização e tamanho populacional deste distrito, quando comparado com o distrito de Joaquim Egídio, pode ser explicado pela rodovia Anhanguera que teve um importante papel indutor. A expansão urbana ao longo da via Anhanguera se deu principalmente em função do padrão de instalação industrial do processo de interiorização do desenvolvimento, que privilegiou grandes eixos rodoviários regionais.

Quando comparamos o distrito de Joaquim Egídio com o de Barão Geraldo os números maiores de grau de urbanização e tamanho da população total do segundo distrito podem ser explicados pela instalação da Unicamp , pela criação de loteamentos para população de alta e média renda ( Cidade Universitária, Guará), do bairro Real Parque. Também não podemos deixar de considerar que o distrito de Barão Geraldo acaba servindo de “passagem” para a Replan e ao Polo Petroquímico a ela associado; a abertura da rodovia D. Pedro I também colaborou para esta ocorrência.

Segundo CAMPINAS, 1996 c, “ o principal elemento estruturador do espaço de Barão Geraldo foi a Unicamp, graças à sua capacidade de atração e polarização. Foi a partir da implantação da universidade, em meados dos anos sessenta, que se iniciou o processo de parcelamento do solo para fins urbanos, com a incorporação crescente de novas glebas ao tecido urbano. Já no início dos anos setenta, foi implantado o Loteamento Cidade

Universitária. Voltado para o atendimento de uma clientela de poder aquisitivo mais elevado que a média dos moradores de Barão, o loteamento se destinava basicamente a professores e administradores universitários. Porém, dado o seu padrão e localização, passou a ser uma alternativa para famílias de outras localidades, com padrão de renda mais elevado.

Depois da Unicamp, principal pólo de atração de crescimento em Barão Geraldo, o sistema viário foi o elemento que estruturou o espaço local. Assim, as rodovias D. Pedro I e Campinas-Paulínia, no que diz respeito à articulação regional, a Estrada da Rhodia e o acesso de Barão Geraldo à Rodovia Campinas- Paulínia, no que diz respeito à articulação interbairros, são os principais elementos estruturadores do espaço do Distrito.”

O distrito de Sousas será tratado no capítulo III.

## **CAPÍTULO II**

### **Formação Histórica do Distrito de Joaquim Egídio**

Através da penetração das Bandeiras até a primeira metade do século XVIII , abriram-se, a partir de São Paulo, caminhos em torno dos quais se formaram as sesmarias e, em suas terras, povoações.

"Segundo a "Monografia Histórica de Campinas", um dos primeiros bandeirantes a transitar nesta região - Amador Bueno da Veiga, recebeu em 1707 a concessão de uma sesmaria situada ao norte do Rio Jaguari, fora dos limites atuais do município. Como acesso a essa gleba, foi aberto o "Caminho dos Goiaes" e, em seu percurso, desdobraram-se os pedidos e concessões de sesmarias no território hoje correspondente à Campinas. Destas, a primeira de que se tem notícia data de 1715 e poucas haviam sido dadas até 1754." (CAMPINAS; 1996 b).

A qualidade agrícola do solo e o clima favorável estimularam a atração e o assentamento de população. Deu-se início ao primeiro ciclo agrícola de Campinas e até sua fundação, em 1774, a povoação, que se constituía de aproximadamente 350 habitantes, caracterizava-se por atividades rurais, baseadas na produção de cereais.

Com a emancipação política do país em 1822, cessaram as concessões de sesmarias, tendo sido entregues 43 no total. As sesmarias começaram a ser demarcadas a partir de 1796, quando a população era de aproximadamente 2.100 habitantes. As mais significativas delas se situavam nas zonas norte e leste de Campinas ( Joaquim Egidio situa-se na zona leste). Dado o crescimento populacional, as sesmarias começaram a ser desmembradas em grandes fazendas, delineando a futura estrutura fundiária do município, resultado da repartição destas áreas em fazendas menores.

Como visto, a região compreendida entre Campinas foi, por volta do século XVIII dividida em sesmarias, ou seja, áreas de grandes proporções que variavam de meia légua em quadra (450 alqueires), até uma légua de testada por três de sertão(5.400 alqueires). Vamos citar algumas sesmarias entre Sousas e Cabras, abrangendo a área onde futuramente seria o povoado de Joaquim Egidio.

Podemos destacar dentre elas, a sesmaria concedida a Antônio Raposo Cunha Leme, no Rio Jaguari, em 1732. Houve um processo sobre a posse dessa sesmaria, devido a uma cessão comprovadamente indevida ao Brigadeiro Costa Gavião que comprara a referida sesmaria já dividida em duas, sendo que, na primeira levantara engenho de açúcar ( Engenho de Nossa Senhora da Conceição do Sertão) e na segunda estabeleceu fazenda de criação ( Fazenda das Cabras). Ambas foram posteriormente vendidas ao capitão-mor Floriano de Camargo Penteado. (LOCHIN; 1989)

Podemos destacar também a sesmaria concedida a João José da Silva, José de Sousa e Siqueira, e Inácio Ferreira de Sá, em Anhumas (Mato Dentro e Sousas), a 3 de outubro de 1796. Joaquim José Teixeira ( Nogueira) obteve sua sesmaria no Rio Atibaia ( Joaquim Egídio e Cabras) a 26 de outubro de 1796. Essas e outras sesmarias concedidas na região, foram, posteriormente, subdivididas em áreas menores que seriam as fazendas e engenhos, onde o cultivo da cana de açúcar, seria substituído pelas culturas de café. Entre 1842 e 1843 já se faziam importantes colheitas do produto que geraria imensa riqueza e progresso ao município.(LOCHIN ; 1989)

Segundo Lochin "não é possível precisar com exatidão o início da cultura do café no Município de Campinas. Conforme Correia de Melo (1817), citado por Jolumá Brito (História da Cidade de Campinas, vol. 9, pág. 154),"um dos pioneiros foi o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo em sua fazenda, a atual Fazenda Experimental do Mato Dentro, situada na margem da estrada de Sousas. Mas a citada plantação pouco ou quase nada produziu devido à falta de informações sobre a forma correta de sua cultura.

Algum tempo depois essa mesma fazenda, por herança, passou a pertencer a Francisco Egídio de Sousa Aranha, parente e genro do tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Seu novo proprietário, ou porque o preço do açúcar não compensasse, ou, por ter sido mais audacioso e empreendedor, começou a cuidar e aumentar a plantação feita por seu

sogro. O Dr. Joaquim Álvaro de Sousa Camargo, em nota enviada à Gazeta de São Paulo, em 28 de julho de 1941, escreveu que "Francisco Egídio plantou naquela Fazenda Mato Dentro, onde hoje está o Departamento Experimental do Instituto Biológico, dez mil pés de café alinhados, denominados "burraco", por terem sido plantados em uma velha pastagem onde eram criados esses animais. Francisco Egídio de Sousa Aranha começou logo a colher, preparar e mais tarde exportar o produto que alcançava bom preço no mercado".

Mais tarde seus filhos continuaram a cultivar o café em diversas fazendas espalhadas pelo município. Dentre eles, Joaquim Egídio de Sousa Aranha, o futuro Marquês de Três Rios." (LOCHIN; 1989)

A história da fundação de Joaquim Egídio está ligada a duas figuras do passado: Major Luciano Teixeira Nogueira e Joaquim Egídio de Sousa Aranha, mais conhecido como "Marquesinho", por ser neto do Marquês de Três Rios, cujo nome era Joaquim Egídio de Sousa Aranha.

"O Major Luciano Teixeira Nogueira, filho do Capitão Joaquim José Teixeira Nogueira e Dona Angela Isabel de Sousa "desejando dedicar-se à cultura do café, adquiriu terras na margem direita do Rio Atibaia, além do povoado chamado Ponte do Atibaia (Sousas), e lá formou sua fazenda, construindo a sede que ainda hoje existe abrigando um sanatório, dentro da parte urbana do distrito de Joaquim Egídio, antes bairro de Luciano Teixeira ou Fazenda Laranjal". (Campinas, seu berço e juventude, Celso de Mello Pupo, pág. 270)" (LOCHIN; 1989)

"A fazenda Laranjal mais tarde foi dividida em outras para descendentes do fundador; a sede que ficou para a viúva (segunda esposa) Joaquina Augusta Nogueira, conservou a grande residência, mais tarde de seu genro Vicente Maria de Paula Lacerda. Em terras do Laranjal, fundaram-se as fazendas São Luciano que em 1914 pertencia a José Teixeira Nogueira, com 53 alqueires de terra e 55 mil pés de café e que pertenceu depois a Salvador



Teixeira Penteado, e mais as fazendas Alpes, Riachuelo, Pedregulho, Santa Rita, São Luís e outras".( Campinas, Município no Império, Celso de Mello Pupo, pág.182)" (LOCHIN; 1989)

Segundo Lochin , Joaquim Egídio de Sousa Aranha , o "Marquesinho", era filho do Major Carlos Egídio de Sousa Aranha ,casado com Maria Angela de Moraes Aranha.

"A família Sousa Aranha pertencia a Fazenda Sertão. Sobre essa propriedade, em seu livro "Campinas, Município no Império", à pág. 205, Celso de Mello Pupo, escreve: "Fazenda Sertão- Antiga sesmaria de Antônio da Cunha Raposo Leme, que não a cultivou, foi vendida ao brigadeiro José Joaquim da Costa Leme, que nestas terras fundou o engenho de Nossa Senhora da Conceição do Sertão e Fazenda Cabras, vendendo toda a gleba, em 1820, ao capitão-mor Floriano de Camargo Penteado. Deste passou a seu filho, capitão Francisco de Camargo Andrade que em 1851 teve uma produção de 4 mil arrobas de açúcar. Falecido este proprietário em 1869, ficou a fazenda para sua terceira esposa, Maria Luisa Nogueira de Camargo que contraiu núpcias com Antônio Pompeu de Camargo. Em 1885 pertencia ao Conde de Três Rios ( depois Marquês) até seu falecimento em 1893, deixando-a para seus netos, filhos de seu falecido filho, Carlos Egídio de Sousa Aranha . Em 1900 pertencia a um deles, Joaquim Egídio de Sousa Aranha , com uma produção de 12 mil arrobas de café , em 1914 do mesmo com 200 mil alqueires de terras e 330 mil pés de café. Em 1950 era de João Antônio de Sousa Ribeiro, passando depois a Manuel de Almeida Filho, falecido com sua esposa Maria Cecília Cardoso de Almeida, e sucedidos por três filhas e um filho, este falecido sem geração e elas casadas". " (LOCHIN;1989)

Tanto o local onde foi construída a Estação de Joaquim Egídio, do Ramal Férreo Campineiro ( comentado no próximo item) com percurso de Campinas a Cabras, como o terreno no qual se ergue a Capela de São Joaquim, padroeira do distrito, foram doados pelo "Marquesinho". Segundo Lochin," por mais outros relevantes serviços prestados à localidade

pelo "Marquesinho", o povoado passou a chamar-se "Joaquim Egídio", denominação dada pelos idos de 1894."

A Vila de Joaquim Egídio foi elevada a Distrito pela Lei Estadual número 5121 de 31 de dezembro de 1958. Os limites de Joaquim Egídio nas fronteiras de Campinas são citados por Lochin no seguinte trecho extraído do jornal Correio Popular de 15/02/1959, pág. 17 :

"Com a criação do Distrito de Joaquim Egídio, pela Lei Estadual 5121 de 31/12/1958, ficou essa localidade nas extremidades do nordeste de Campinas, com ponto de separação de outros municípios vizinhos, tais como : Valinhos, Itatiba, Morungaba, e Pedreira. Seus limites ficaram os seguintes , inclusive com Sousas: começa no Rio Atibaia , na foz do Ribeirão dos Pinheiros, ribeirão a montante da ponte da estrada de Joaquim Egídio-Valinhos , segue pelo contra- forte fronteiro entre as águas do córrego da Fazenda Riqueza, à direita ,e as águas do Rio Atibaia , à esquerda, até o divisor entre o Rio Atibaia e o Ribeirão das Cabras, prossegue este divisor em demanda da foz do córrego da Chácara Belmonte , no Ribeirão das Cabras, sobe pelo córrego da Chácara Belmonte, até sua cabeceira, segue pela divisão entre as águas do Ribeirão das Cabras à direita e as do Rio Atibaia à esquerda em demanda da cabeceira do primeiro córrego da margem esquerda do Ribeirão da Fazenda de Antônio de Sousa Queiroz, córrego a montante da sede da referida fazenda, desce por esse córrego até o Ribeirão da Fazenda Antônio de Sousa Queiroz, pelo qual desce até o primeiro córrego da margem direita a jusante da sede da fazenda em questão sobe por esse córrego até sua cabeceira no divisor da margem esquerda do Rio Jaguari , prossegue por este divisor até a cabeceira do segundo afluente, até a sua foz no Rio Jaguari."

## **Ramal Férreo Campineiro**

Em 1889 é fundada a Companhia de Ramal Férreo Campineiro , que seria inaugurada em 20 de setembro de 1894, ligando Campinas ao Arraial dos Sousas e às fazendas da região de Joaquim Egídio e Cabras.

Segundo Zuleika Godói Gomes, "para acompanhar o extraordinário desenvolvimento da região que a cultura do café, suplantando a da cana-de-açúcar, transformou num dos pontos mais afamados nos meios cafezistas do Estado ( pois o café, exportado pelo Brasil, era procedente de Campinas sob denominação de "Café Campinas") os fazendeiros da região se organizaram para pleitear a instalação de uma via férrea, que viria atender às necessidades urgentes de transportes mais rápido para seus produtos agrícolas, que transbordavam nas tulhas, principalmente o café" (GOMES, 1973) . Antes do ramal entrar em funcionamento, o transporte em geral era feito em carros de boi ou a cavalo.

"Por volta de 1915, a Companhia Campineira de Tração, Força e Luz adquiriu o Ramal Férreo e em 1917, eletrificou o trecho entre Campinas e o assim denominado Arraial dos Sousas. Em 1919, completou a eletrificação do trecho Arraial dos Sousas-Cabras, ponto final da linha, passando o serviço a ser feito por "bondes" para passageiros, e "pranchas" para transportes de carga. Este sistema se manteve até 1929, quando a crise do café, eclodida nos Estados Unidos, atingiu o Brasil, cuja economia se baseava nessa produção. Muitos fazendeiros perderam suas fazendas e os colonos (trabalhadores dessas fazendas) migraram em sua grande parte para o Paraná.

A população dessa região foi drasticamente reduzida, assim como a produção rural. Sem demanda para o transporte, o Ramal Férreo também entrou em crise e, aos poucos, suas linhas foram sendo seccionadas e desativadas. Inicialmente o Ramal Dr. Lacerda; mais tarde, o trecho Sousas-Cabras e finalmente, o trecho Campinas-Sousas." ( CAMPINAS; 1996 b)

A seguir é mostrado um quadro com as estações do Ramal Férreo Campineiro e as distancias entre elas.

**Ramal Férreo Campineiro**

| <b>I - De Campinas a Cabras - Bitola 0,60 - 33 Km</b> |           |
|-------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Estação de</b>                                     | <b>Km</b> |
| Campinas                                              | 0         |
| Guanabara                                             | 4         |
| Eng. Cavalcanti                                       | 10        |
| Arraial dos Sousas                                    | 17        |
| Joaquim Egídio                                        | 21        |
| Capoeira Grande                                       | 25        |
| Quedas                                                | 29        |
| Cabras                                                | 33        |
| <b>II - De Joaquim Egídio a Dr. Lacerda - 10 Km</b>   |           |
| <b>Estação de</b>                                     | <b>Km</b> |
| Joaquim Egídio                                        | 0         |
| Alpes                                                 | 7         |
| Dr. Lacerda                                           | 10        |

Fonte : Almanaque de Campinas de 1900

Segundo o jornal Correio Popular de 01/ 05/ 1996, "o antigo Ramal Férreo Campineiro, que ligava o Mercado Municipal no centro de Campinas à Fazenda Cabras em Joaquim Egídio, será preservado pelo patrimônio histórico. O Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc) tombou oito dos 33 quilômetros que compõem o antigo ramal. Hoje não há mais bonde, trem, trilhos ou rede elétrica, mas resta o caminho por onde a produção cafeeira dos distritos circulava e que atualmente serve de pista de ciclismo e de cooper para os moradores do local. O Condepacc tombou também a ponte metálica sobre o Rio Atibaia, no distrito de Sousas. O trecho tombado tem início na ponte

metálica sobre o Rio Atibaia em Sousas e termina na antiga estação ferroviária de Joaquim Egídio, onde hoje restam apenas uma casa, a caixa d'água (remanescente da época do trem a vapor ) e ruínas da estação. É o único trecho que existe integralmente e mantém as características do entorno intactas. Este ramal começava em Campinas, com bifurcação nas proximidades da Fazenda Sertão".

### **Um pouco de informação sobre as fazendas do distrito de Joaquim Egídio**

Num levantamento preliminar, e de acordo com a FIGURA 4, Anexos , existem cerca de 26 fazendas nesse distrito. Essas fazendas são:

- |                                  |                                |
|----------------------------------|--------------------------------|
| - Fazenda Santa Maria            | - Fazenda Boa Vista            |
| - Fazenda São Rafael             | - Fazenda Santa Mônica         |
| - Fazenda Santo Antônio          | - Fazenda Guariroba            |
| - Fazenda Alpes                  | - Fazenda Salto Grande         |
| - Fazenda do Sertão              | - Fazenda Cachoeira            |
| - Fazenda Santana da Lapa        | - Fazenda São Lourenço         |
| - Fazenda Santa Margarida        | - Fazenda São Jorge            |
| - Fazenda Três Pedras            | - Fazenda das Cabras           |
| - Fazenda São Francisco de Assis | - Fazenda São Joaquim          |
| - Fazenda Santa Helena           | - Fazenda Bonfim               |
| - Fazenda Santa Luzia            | - Fazenda São Pedro            |
| - Fazenda São Vicente            | - Fazenda Bocaína              |
| - Fazenda Capoeira Grande        | - Fazenda Nossa Sra. De Fátima |

“Onze delas se originaram do grande latifúndio do capitão-mor Floriano de Camargo Penteado e duas, da tradicional fazenda Laranjal, em cuja sede está instalado, hoje em dia, o

Hospital Psiquiátrico Tibiriçá, e em torno do qual se estruturou o núcleo urbano de Joaquim Egídio. Também neste distrito, porém às margens do Atibaia, formaram-se diversas fazendas das quais merecem maior destaque: as fazendas Santana da Lapa, Três Pedras e Guariroba.”(CAMPINAS, 1996 b)

A Fazenda Santa Helena foi destacada, em 1941, da Fazenda Três Pedras, e mantém a produção cafeeira.

“Quanto à Fazenda Santa Margarida, sabe-se apenas que, atualmente, ocorre captação de água mineral e que, anteriormente, havia extração de matacões, inclusive por meio de desmonte hidráulico, o que acarretava prejuízos para o solo em razão dos processos erosivos, e para o próprio Rio Atibaia, em razão do carregamento de resíduos e conseqüente assoreamento do seu leito.”(CAMPINAS, 1996 b)

A Fazenda Santana da Lapa se formou em terras de sesmarias vizinhas à Fazenda Laranjal, geradora do núcleo urbano de Joaquim Egídio; dedicou-se tradicionalmente à produção de café.

A Fazenda Três Pedras fez parte do latifúndio Sertão, de Floriano de Camargo Penteado, tendo pertencido à família dos Barões de Itatiba e sido destinada à produção de café.

A Fazenda Guariroba também integrou o latifúndio do capitão-mor Floriano de Camargo Penteado e dedicou-se à cafeicultura. Segundo CAMPINAS, 1996 b, as matas da Fazenda Guariroba deverão ser declaradas de preservação permanente pelo Poder Público e, paralelamente, seus proprietários deverão ser incentivados a declará-las como Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A Fazenda Santa Maria “apresenta patrimônio significativo. Foi fundada para a cultura cafeeira da qual foi um dos expoentes, e sua casa sede, construída na primeira metade do século dezenove, situa-se no alto da Serra das Cabras.”(CAMPINAS, 1996 b)

“A Fazenda do Sertão é a mais antiga , e pertenceu à sesmaria de Antônio da Cunha Raposo Leme, que não a cultivou; foi vendida ao brigadeiro José Joaquim da Costa Galvão, que fundou o Engenho de Nossa Senhora da Conceição do Sertão e Fazenda das Cabras, tendo vendido toda a gleba em 1820, ao capitão-mor Floriano de Camargo Penteado, que em 1851, produzia açúcar. Em 1885, pertencia ao Conde de Três-Rios (depois Marquês) até seu falecimento em 1893, deixando-a a seus descendente. Em 1900, pertencia a um neto, Joaquim Egídio de Souza Aranha, quando se caracterizava pelo cultivo de café. Marco da formação histórica do município, o nome do próprio distrito homenageia este seu proprietário, esta fazenda possui ainda importante patrimônio arquitetônico.” (CAMPINAS, 1996 b)

A Fazenda Alpes fazia parte da Fazenda Laranjal de Luciano Teixeira Nogueira.

A Fazenda Capoeira Grande se mantém como produtora de café, e sua casa sede, bem como as demais benfeitorias, encontram-se restauradas.

A respeito das fazendas Cachoeira e São José sabe-se que eram produtoras de café e que integravam o latifúndio de Floriano de Camargo Penteado.

“A Fazenda Santa Mônica mantém sua sede conservada e destaca-se por pertencer ao casal Wolfgang Schmidt e Anésia do Amaral Schmidt que, a 52 anos, vem desenvolvendo um importante trabalho de reflorestamento e formação de mudas de espécies arbóreas nativas - pelo qual foram homenageados com o prêmio Global da ONU.” (CAMPINAS, 1996 b)

A Fazenda São Pedro que, juntamente com a Fazenda Bonfim delimitam o município em seu extremo oeste, situa-se em terreno montanhoso em altitude elevada. O Observatório Municipal de Capricórnio foi instalado em terras desmembradas da Fazenda São Pedro. Esta fazenda era produtora de café. A Fazenda Bonfim também se dedicava ao cultivo de café.

A Fazenda das Cabras, também produtora de café, apresenta suas benfeitorias em excelente estado de conservação. Nesta fazenda, situava-se a última estação do Ramal Férreo

Campineiro (maiores informações deste ramal, ver tópico neste mesmo capítulo) e em torno dela se formou um pequeno povoamento. Esta fazenda se mantém ativa.

Podemos observar que desde o “começo” do município de Campinas, a região de Joaquim Egídio sempre se manteve como zona rural.

Segundo CAMPINAS, 1996 b, atualmente na região de Joaquim Egídio estão localizados diversos sítios e chácaras destina ao lazer e inúmeras fazendas.

Nas chácaras de lazer, observa-se uma diversidade de cultivos, sendo pequenas áreas destinadas a cultivos anuais de subsistência e formação de pomares caseiros, e ainda algumas criações de animais.

A principal atividade econômica desenvolvidas nas fazendas é a pecuária semi intensiva, visando leite e corte. Também são verificadas áreas com silvicultura e cultivos permanentes, principalmente café, mas segundo os proprietários rurais entrevistados esse cultivo de café tem diminuído.



## **CAPÍTULO III**

### **Aspectos Demográficos do Distrito**

O Distrito de Joaquim Egídio possui uma área aproximada de 89,25 Km<sup>2</sup>, que corresponde a 11,14% da área do município de Campinas. Constitui-se em sua maior parte de área rural e caracteriza-se por apresentar baixa densidade de urbanização quando comparado aos demais distritos.

Conforme dados do censo de 1991 o Distrito de Joaquim Egídio possui uma densidade demográfica de 31,85 hab/Km<sup>2</sup>, e o Distrito de Sousas uma densidade demográfica de 149,25 hab/Km<sup>2</sup>. (Tabela 1)

**Tabela 1 - Extensão Territorial e Número de Domicílios Ocupados na APA de Campinas 1980 e 1991**

| Setores                                         | Ano  | Região Norte<br>da APA | Distrito J.<br>Egídio | Distrito<br>Sousas | Município<br>Campinas |
|-------------------------------------------------|------|------------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| Área (Km <sup>2</sup> )                         |      | 62,25                  | 89,25                 | 65,50              | 801,01                |
| Densidade<br>Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> ) | 1980 | 15,60                  | 30,80                 | 117,53             | 829,18                |
|                                                 | 1991 | 32,06                  | 31,85                 | 149,25             | 1.256,47              |
| Domicílio<br>Particular Total                   | 1980 | 468                    | 885                   | 1962               | 172.722               |
|                                                 | 1991 | 1107                   | 852                   | 2911               | 252.855               |
| Ocupados                                        | 1980 | 230                    | 630                   | 1725               | 154.653               |
|                                                 | 1991 | 486                    | 671                   | 2442               | 223.896               |
| Nº. Médio de Pessoas<br>por Domicílio Ocupado   | 1980 | 4,58                   | 4,36                  | 4,46               | 4,29                  |
|                                                 | 1991 | 4,11                   | 4,24                  | 4,00               | 3,78                  |

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente  
Sumário de Dados - População, 1993; apud CAMPINAS, 1996 b

A população do Distrito de Joaquim Egídio, conforme o censo de 1991, é de 2.843 habitantes, correspondendo a 0.34% da população total do município, sendo que 1.152 habitantes se concentram na zona urbana (40.52%) e 1.691 habitantes na zona rural (59.48%).

Através dos dados da Tabela 2, observa-se que no caso de Joaquim Egídio, a população rural se manteve estável no período de 1970 a 1980 (1.821 e 1.813 habitantes, respectivamente), verificando-se um decréscimo significativo, em números absolutos em 1991 (1.691 habitantes).

O Distrito de Sousas apresentava, em 1970, um volume de população rural bem mais elevado que o de Joaquim Egídio: 2.547 habitantes. Em 1980, Sousas chegou a apresentar um incremento de mais de 26% e sua população rural alcançou 3.253 habitantes, quase o dobro da

de Joaquim Egídio. Em 1991, no entanto, a população rural de Sousas exibiu uma forte diminuição (com taxa negativa de 14% a.a.), passando a registrar apenas 617 habitantes, ou seja, volume bastante inferior ao de Joaquim Egídio, apesar do fato de Joaquim Egídio ter também apresentado um decréscimo em seu contingente rural (taxa negativa de 0,63% a.a.).

Comparando o grau de urbanização do Distrito de Joaquim Egídio, cerca de 40.52% em 1991, verifica-se que é menor que o grau de urbanização do Município de Campinas, que é de 97.33%. O Distrito de Sousas apresenta um grau de urbanização, 93.69%, muito superior ao de Joaquim Egídio.

Como reflexo do acentuado processo de urbanização de Sousas, com uma população de 10 mil habitantes, esse distrito já apresentava, em 1991, uma população favelada da ordem de 787 habitantes, correspondendo a 8,59% da população urbana do distrito. No Distrito de Joaquim Egídio não constata-se a existência de favelas.

Essa diferença entre os distritos de Joaquim Egídio e o de Sousas, apesar de serem vizinhos, pode ser explicada pelo que veremos a seguir.

“Com as sucessivas crises do café, as características de prosperidade destes povoados (Sousas e Joaquim Egídio) foram se alterando, culminando na crise de 1929, que resultou na divisão de propriedades e no êxodo rural em larga escala. Muitas fazendas ficaram abandonadas até a década de 50, quando teve início a diversificação de culturas, a pecuária e a recuperação de fazendas de café.”

Tabela 2 - Evolução da População (1970 - 1991)

| <b>Setores</b>                         | <b>Joaquim Egídio</b> | <b>Sousas</b> |
|----------------------------------------|-----------------------|---------------|
| <b>População Total (Nºhab.)</b>        |                       |               |
| 1970                                   | 2555                  | 5783          |
| 1980                                   | 2749                  | 7698          |
| 1991                                   | 2843                  | 9776          |
| <b>População Urbana (Nºhab.)</b>       |                       |               |
| 1970                                   | 734                   | 3209          |
| 1980                                   | 936                   | 4445          |
| 1991                                   | 1152                  | 9159          |
| <b>População Rural (Nºhab.)</b>        |                       |               |
| 1970                                   | 1821                  | 2574          |
| 1980                                   | 1813                  | 3253          |
| 1991                                   | 1691                  | 617           |
| <b>Grau de Urbanização (%)</b>         |                       |               |
| 1970                                   | 28,73                 | 55,49         |
| 1980                                   | 34,05                 | 57,74         |
| 1991                                   | 40,52                 | 93,69         |
| <b>Incremento Relativo da Pop. (%)</b> |                       |               |
| 1970 - 1980                            |                       |               |
| Urbana                                 | 27,52                 | 38,52         |
| Rural                                  | - 0,44                | 26,28         |
| Total                                  | 7,59                  | 33,11         |
| 1980 - 1991                            |                       |               |
| Urbana                                 | 23,08                 | 106,05        |
| Rural                                  | - 6,73                | - 118,90      |
| Total                                  | 33,11                 | 26,89         |
| <b>Taxa de Crescimento (%a.a.)</b>     |                       |               |
| 1970 - 1980                            |                       |               |
| Urbana                                 | 2,46                  | 3,31          |
| Rural                                  | - 0,04                | 2,37          |
| Total                                  | 0,73                  | 2,90          |
| 1980 - 1991                            |                       |               |
| Urbana                                 | 1,90                  | 6,79          |
| Rural                                  | - 0,63                | - 14,03       |
| Total                                  | 0,31                  | 2,19          |

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente  
Sumário de Dados - População, 1993; apud, CAMPINAS, 1996 b

A partir da década de 50, com o novo impulso da economia rural, atrelado à intensificação da industrialização do município, instaurou-se um novo processo de urbanização na região, caracterizado pela implantação dos primeiros loteamentos (ver Tabela 3) e pelo

surgimento de algumas indústrias. Mas notadamente, a partir de então a urbanização de Sousas se distinguirá de Joaquim Egídio pela sua dimensão e dinamismo)

Em Sousas, foram aprovados, na década de 50, nove loteamentos de pequeno porte, compostos de lotes com área média em torno de 270 m<sup>2</sup>. A maioria destes empreendimentos foram implantados nesta década através de dois vetores de ocupação, os quais determinaram o aspecto cruciforme do Perímetro Urbano delimitado na década seguinte. Trata-se do eixo paralelo ao Rio Atibaia e do eixo ao longo da via de acesso Campinas-Sousas, transversal ao primeiro. Em Joaquim Egídio, ocorreu, no final da década, a aprovação e o início da ocupação da Vila São Joaquim. Na década de 60, a despeito da intensificação do parcelamento urbano no município, foram aprovados apenas dois loteamentos na região dos distritos, ambos em Sousas. Destaca-se que um deles foi o conjunto habitacional da Cohab, Vila Santana, com 204 unidades habitacionais térreas, em lotes de aproximadamente 200 m<sup>2</sup>, construídas em três etapas consecutivas e com rápida ocupação, sendo o único conjunto habitacional de interesse social na região.

A partir da década de 70, iniciou-se a aprovação de loteamentos bem maiores e periféricos, destinados a uma classe de renda mais elevada, com lotes de área média superior a 600 m<sup>2</sup>. Trata-se de loteamentos, como o Colinas do Ermitage e o Caminhos de San Conrado, em Sousas, e o Morada das Nascentes em Joaquim Egídio, cujas implantações resultaram em uma ruptura significativa no processo de expansão, até então, marcado pela continuidade do tecido urbano.

A localização destes três loteamentos determinou, em grande parte, a configuração do perímetro da Zona de Expansão Urbana, delimitado em 1980, por exigência da Lei Lehmann, e retificado em 1981, pela lei municipal nº 5.120. É importante notar que, no caso de Sousas, a delimitação da Zona de Expansão Urbana atingiu dimensões significativas, resultando em grandes áreas intermediárias ainda hoje não parceladas.

A aprovação destes loteamentos coincide com uma época de notável expansão econômica do município que, na década de 70, passaria de um centro regional de médio porte para condição de grande cidade, o que talvez justifique a ousadia de empreendimentos de grande porte, como é o caso do Caminhos de San Conrado, com área total de aproximadamente 2.340.000 m<sup>2</sup>, cuja ocupação vem se acelerando apenas recentemente. O Loteamento Moradas da Nascentes, onde foi construído o Clube da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas, não chegou a ser ocupado, apesar da abertura de ruas, apresentando hoje processos erosivos em desenvolvimento. Esse loteamento foi implantado em terrenos impróprios à urbanização, o mesmo ocorrendo com o Colinas do Ermitage.

Na década de 80, foram aprovados seis novos loteamentos em Sousas, sendo que o Jardim Martinelle e o Jardim Botânico denotam tendências de aumento na área média dos lotes, nestes casos em torno de 1000 m<sup>2</sup>.

Paralelamente à aprovação de novos loteamentos, ocorre também o processo de regularização dos localizados na área urbana, clandestinos, ou oriundos de parcelamentos rurais (chácaras de recreio aprovadas pelo INCRA), como é o caso da Chácaras Santo Antônio de Maracajú em Sousas, com regularização em curso na Prefeitura de Campinas.

Na década de 90, são aprovados os condomínios Parque da Mata e Sousas Parque, ambos em Sousas, e tem início um processo de implantação de empreendimentos clandestinos para fins urbanos na área rural, atualmente sob o controle da Prefeitura Municipal de Campinas, que vem tomando medidas punitivas e reversivas.

Alguns loteamentos implantados na última década começam a adquirir uma nova feição na malha urbana, assemelhando-se aos condomínios fechados de alto padrão, com guaritas e portarias, configurando-se como loteamentos fechados, de forma irregular, uma vez que esta tipologia não é contemplada por legislação municipal. Tal fato denota a tendência de ocupação

típica do quadrante leste do município, a partir dos anos 80, caracterizada pela busca por segurança e por melhor qualidade de vida.” (CAMPINAS, 1996 b)

É importante notar que as grandes áreas não parceladas inseridas na área urbana, principalmente em Sousas, são porções remanescentes de antigas fazendas, adjacentes ou não a áreas já loteadas.

“A insuficiência dos acessos e a carência de infra estrutura básica colaboram para desestimular o parcelamento dessas áreas para empreendimentos urbanos nos dois distritos, sendo necessário ressaltar que a Sanasa coloca restrições ao atendimento de eventuais demandas por saneamento básico a curto prazo. Apenas a médio prazo (a partir do ano 2010) e a longo prazo, haverá possibilidade de um atendimento mais amplo, devido a necessidade de obras de reforço do sistema de adução e de busca de novas fontes de captação.

Verifica-se que isto vem problematizando a ocupação dos distritos, ocorrendo, de fato, que a urbanização de novas glebas vem se dando através da implantação de sistemas próprios de abastecimentos de água e esgotamento sanitário.” (CAMPINAS, 1996 b)

Em Joaquim Egídio, a maior parte das áreas não parceladas se constituem de porções desmembradas de fazendas, que não possuem interligação à infra estrutura básica existente no núcleo urbano, fato agravado pela topografia acidentada. Joaquim Egídio está localizado em terrenos amorreados de inclinação moderada a forte, o que implica na necessidade de maiores cuidados e diretrizes mais restritivas para o parcelamento urbano. Ocorrem também áreas já ocupadas por pequenas e antigas chácaras.

É importante observar, segundo CAMPINAS, 1996 b, “que a maior parte dessas áreas não pode ser entendida como “vazios urbanos”, justamente pela deficiência de infra estrutura urbana e dificuldade técnica para o provimento dos serviços de saneamento básico, devendo ser consideradas como o resultado de um processo de urbanização marcado pelo aspecto de transição urbano-rural. Dessa forma, o caráter de “estoque de terras para urbanização” dessas

10000

áreas fica condicionado, necessitando de um estudo para a definição de sua vocação e destinação mais apropriada, considerando o fato de que são áreas que permeiam o tecido urbano e semi-urbano (chácaras) de uma Área Proteção Ambiental” (como explicado no Capítulo I dessa Monografia).



**Tabela 3 - Loteamentos na Prefeitura Municipal de Campinas - Sousas e Joaquim Egídio**

| Período        | Distrito            | Denominação                 | Ano De<br>Aprovação | Área do<br>Loteam.(m²) | Área de Lotes<br>(m²) | Nº de Lotes | Área Média dos<br>Lotes(m²) |
|----------------|---------------------|-----------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|-------------|-----------------------------|
| Até 1950       | Sousas              | 01 Jardim Conceição         | 1946                | *                      | *                     | *           | *                           |
| De 1950 a 1959 | Sousas              | 01 Jardim Atibaia           | 1951                | 106.596,40             | 61.791,00             | 137         | 451,02                      |
|                |                     | 02 Vila Bourbon             | 1952                | 63.304,40              | 40.136,10             | 136         | 296,44                      |
|                |                     | 03 Vila Santa Rita          | 1952                | 25.928,00              | 18.622,50             | 53          | 351,36                      |
|                |                     | 04 Vila Janete              | 1955                | *                      | *                     | *           | *                           |
|                |                     | 05 Jardim Nova Sousas       | 1956                | 136.820,00             | 81.755,00             | 293         | 279,02                      |
|                |                     | 06 Jardim São Francisco     | 1956                | 58.327,96              | 34.528,44             | 127         | 271,87                      |
|                |                     | 07 Jardim Ana Luiza         | 1957                | 45.270,00              | 26.830,60             | 72          | 372,64                      |
|                |                     | 08 Jardim Sorirama          | 1959                | 186.940,00             | 112.039,00            | 300         | 373,46                      |
|                |                     | 09 Vila Sônia               | 1959                | 54.440,58              | 33.785,13             | 102         | 331,22                      |
|                |                     | Total Sousas                |                     | 814.447,34             | 458.422,77            | 1.220       |                             |
| Joaquim Egídio | 01 Vila São Joaquim | 1958                        | 64.349,95           | 37.944,95              | 107                   | 354,63      |                             |
| De 1960 a 1969 | Sousas              | 01 Jardim Belmonte          | 1969                | 45.360,00              | 18.022,80             | 54          | 333,75                      |
|                |                     | 02 Vila Santana- Cohab      | 1969                | 88.160,00              | 41.478,00             | 204         | 203,32                      |
|                |                     | Total Sousas                |                     | 133.520,00             | 59.500,80             | 258         |                             |
| De 1970 a 1979 | Sousas              | 01 Jardim Rosana            | 1973                | 25.896,50              | 15.225,50             | 42          | 362,51                      |
|                |                     | 02 Colinas do Ermitage      | 1977                | 823.054,00             | 491.824,45            | 293         | 1.678,58                    |
|                |                     | 03 Caminhos de San Conrado  | 1978                | 2.340.009,43           | 1.318.423,20          | 2.170       | 607,56                      |
|                |                     | Total Sousas                |                     | 3.188.957,90           | 1.825.143,10          | 2.505       |                             |
|                | Joaquim Egídio      | 01 Morada das Nascentes     | 1977                | 699.556,87             | 350.146,60            | 195         | 1.795,62                    |
| De 1980 a 1989 | Sousas              | 01 Jardim Botânico Campinas | 1980                | 332.100,00             | 199.260,00            | 201         | 991,34                      |
|                |                     | 02 Parque Jatibaia          | 1981                | 195.472,70             | 108.176,80            | 315         | 343,41                      |
|                |                     | 03 Imperial Parque          | 1983                | 181.552,65             | 101.017,37            | 322         | 313,71                      |
|                |                     | 04 Res. Candido Ferreira    | 1985                | 37.827,79              | 19.189,14             | 58          | 330,84                      |
|                |                     | 05 Jardim Martinelli        | 1985                | 64.400,00              | 31.644,35             | 29          | 1.091,18                    |
|                |                     | 06 Colina das Nações (+)    | 1988                | 100.000,00             | 63.800,00             | 25          | 2.552,00                    |
|                |                     | Total Sousas                |                     | 911.353,14             | 523.087,66            | 930         |                             |
|                |                     | Total Geral Sousas          |                     | 5.048.278,38           | 2.866.154,20          | 4.913       |                             |
|                |                     | Total Geral Joaquim Egídio  |                     | 763.906,82             | 388.091,55            | 302         |                             |

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas - Elaboração : DEPLAN-Seplama, setembro de 1993; apud CAMPINAS, 1996 b.

(\*) Dado não Disponível

(+) Empreendimentos Sujeito à anulação

## **CAPÍTULO IV**

### **Vocação e Meio Ambiente**

Segundo CAMPINAS, 1996 b, “a análise da legislação federal, estadual e municipal subsidiou o estabelecimento e a fundamentação das principais restrições ao uso e à ocupação dos terrenos.

No Perímetro Urbano, foi feita uma análise da infra estrutura existente, das leis de zoneamento e de parcelamento do solo, que possibilitaram o estabelecimento preliminar de categorias de uso. Essas categorias, no futuro, darão subsídios à elaboração de novas diretrizes de parcelamento, uso e ocupação da área urbana, de modo a promover a compatibilização do espaço construído e a construir com espaço natural.

O critério utilizado para delimitação das cinco zonas ambientais, identificadas a partir destes elementos, foi a utilização dos divisores de água das principais microbacias hidrográficas, exceto para a zona urbana, cujo perímetro foi estabelecido pela Lei Municipal nº 8.161/94. Estas zonas foram descritas quanto às suas características de uso e ocupação, potencialidades, fragilidades e vocações. Tais elementos permitiram estabelecer diretrizes e restrições ao uso, tendo em vista a maximização da exploração dos recursos naturais com um menor grau de impacto ambiental possível.

As zonas delimitadas (FIGURA 9, Anexos ), foram as seguintes:

- Zona de Conservação Ambiental ( Z. AMB);
- Zonas de Conservação Hídrica dos Rios Atibaia e Jaguari (Z. HIDRI);
- Zona de Uso Agropecuário (Z. AGRO);
- Zona de Uso Turístico (Z. TUR);
- Zona de Uso Urbano (Z. URB). ”

Segundo CAMPINAS, 1996 b, a Lei Municipal nº 6.031/88 trata da Legislação de Uso e Ocupação do Solo em Vigor.

“As áreas urbanas da APA, Sousas, Joaquim Egídio e região norte da APA, encontram-se zoneadas com a seguintes zonas de uso (FIGURA 5, Anexos):

- Zona 3: destinada predominantemente ao uso residencial unifamiliar e multifamiliar horizontal e, em determinadas condições, ao multifamiliar vertical. Permite usos comerciais, de serviços e institucionais, com restrição quanto à localização, podendo ocorrer em alguns lotes de frente, situados em quarteirões hachurados, ao longo da Av. Dr. Antônio Carlos Couto de Barros, em Sousas, e na Rua Heitor Penteado, em Joaquim Egídio.
- Zona 4: destinada predominantemente ao uso residencial unifamiliar e multifamiliar horizontal, com padrão mínimo de lote de 1.000 m<sup>2</sup> e residencial multifamiliar vertical, comercial, de serviços e institucional, sob condições específicas consultados os órgãos técnicos da Prefeitura Municipal de Campinas.
- Zona 11: destinada basicamente aos usos comerciais, de serviços e institucionais, de pequeno e médio porte; permite também os usos habitacionais unifamiliares e multifamiliares verticais.
- Zona 18: destinada à proteção de áreas e/ou espaços de interesse ambiental e à preservação de edificações de interesse sócio cultural sendo que, nos distritos e na porção urbana ao norte da APA, pode-se destacar a existência da Zona 18 ao longo do Rio Atibaia, numa faixa de 300 m de ambos os lados, medida a partir do seu eixo, onde a rigor somente são permitidos usos destinados à cultura, esporte, turismo, chácaras de recreio e usos habitacionais, com tipos de ocupação a serem definidos através de estudos específicos.

A maioria dos loteamentos destas áreas urbanas se encontra localizada na Zona 3, predominantemente residencial, sem que neles tenham sido previstos locais para a implantação de usos comerciais e de serviços, necessários à demanda gerada pelo uso residencial.

Da mesma forma, loteamentos localizados na Zona 4, predominantemente residencial, também não contam com a possibilidade de instalação de atividades terciárias.

É importante ressaltar que as zonas 3, 4 e 11 permitem a verticalização, sendo que a Zona 11 não prescinde de consulta ao órgãos técnicos da Prefeitura de Campinas. Nesse sentido, a revisão dessa permissividade se faz necessária, em função das características das áreas urbanas em análise.

Nota-se que a definição da Zona 18 ao longo do Rio Atibaia, teve como preocupação primordial a destinação de usos compatíveis com o local, bem como a proteção de suas margens contra a utilização agressiva em relação ao meio ambiente. No entanto, além da área rural, o Rio Atibaia atravessa a área central de Sousas já consolidada, onde vários bairros foram zoneados como Zona 18, necessitando de soluções práticas para esta questão.

A legislação de uso e ocupação do solo nas áreas urbanas da APA não permite a implantação de indústrias, situação reforçada por outra legislação municipal que proíbe a instalação de indústrias poluidoras nos dois distritos e determina o controle de poluição daquelas já instaladas.” (CAMPINAS, 1996 b)

Segundo CAMPINAS, 1996 b, “a criação de Áreas de Proteção Ambiental - APAs, é um recurso instituídos pelas Leis Federais nºs 6.902/81 e 6.938/81, e visa contribuir para a preservação e recuperação de áreas de relevante interesse ambiental, isto é, de áreas que apresentam importante patrimônio biológico, ecológico, arquitetônico e paisagístico. Essas unidades de conservação constituem, assim, um instrumento da política ambiental, cuja utilização pressupõe a definição de normas disciplinadoras do uso e ocupação da terra e de um sistema de gestão ambiental.” A criação das Áreas de Proteção Ambiental de Sousas e Joaquim Egídio foram criadas através dos Decretos Municipais nºs 11.172/93 e 11.272/93. Porém, de acordo com informações de um funcionário da prefeitura, o projeto de regulamentação da APA de Sousas e Joaquim Egídio foi “engavetado” pela Câmara Municipal em 1996.

Atualmente tramita na Câmara dos Deputados dois projetos de lei referentes a Unidade de Conservação, do tipo área de Proteção Ambiental para o Município de Campinas:

a APA de Sousas e a de Joaquim Egídio. Mas, segundo informações prestadas por um assessor de um deputado federal da região de Campinas, esses projetos podem não serem aprovados.

Hoje a política do IBAMA é criar Unidades de Conservação que tenham pelo menos dois Estados envolvidos para que se caracterize a federalização de uma APA. Neste sentido os distritos de Joaquim Egídio, Sousas e Barão Geraldo seriam “incorporados” a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Camanducaia (SP/MG), que se encontra em fase de viabilização para a implantação.

A preocupação em inserir o distrito em uma APA Federal é diminuir a influência dos agentes municipais na gestão da mesma, visando estabelecer padrões sustentáveis de desenvolvimento industrial e populacional no interior de uma APA. A aprovação desse projeto impediria as pressões em nível municipal, segundo o assessor mencionado anteriormente e também pela professora do departamento de geografia de uma universidade de Campinas.

A APA da Bacia do Rio Camanducaia engloba 15 municípios:

- parte de Amparo, Cosmópolis, Jaguariúna, Monte Alegre do Sul, Paulínia, Pedreira, Pinhalzinho, Santo Antônio da Posse, distritos campineiros de Barão Geraldo/ Sousas/ Joaquim Egídio e Toledo (única cidade dessa APA que não pertence ao Estado de São Paulo);
- pequenas porções de Americana, Holambra, Pedra Bela, Serra Negra e Socorro.

Segundo CAMPINAS, 1996 b, “ o objetivo básico da APA é criar condições para a existência de um ecossistema natural equilibrado, garantir a manutenção da qualidade dos recursos naturais para as gerações futuras, e preservar o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural existente. Dessa forma, esta parcela do município estaria resguardada do modelo de desenvolvimento ou crescimento característico de outras regiões densamente urbanizadas e industrializadas. Não se pensa em impedir o aproveitamento econômico da região, porque isso implicaria na ausência de alternativas que pudessem manter as características desejadas para a

área, e caracterizaria-se em desrespeito ao direito à propriedade, causando sérios conflitos.”

Na entrevista realizada com os proprietários rurais do distrito, constatou-se que um deles está construindo em sua propriedade um pesqueiro tipo “pesque-pague”, sob a alegação de que as atividades agrícolas não dão retornos financeiros ultimamente. Já o outro proprietário tem como uma das atividades em sua fazenda a formação de mudas de espécies arbóreas nativas. Mas ele deixou bem claro que realiza esse tipo de atividade preocupado principalmente com a questão ambiental/ preservação, e não somente com o lado comercial. No dia da entrevista pude constatar que um comprador dessas mudas “reclamou do preço baixo”, e pagou um valor superior ao cobrado pelo proprietário.

Ambos mostraram que não tem vontade de vender suas fazendas ou vender parte dela para futuros loteamentos. Questionado sobre a vocação turística da região e a implantação de hotéis- fazendas no distrito, um deles acredita que existiria demanda para no máximo um hotel-fazenda.

Na entrevista com os moradores da área urbana do distrito de Joaquim Egidio verificou-se que reconhecem o turismo como vocação, mas criticam a falta de respeito dos frequentadores quanto ao barulho e à perda de sossego nos fins de semana. Gostariam que o distrito permanecesse como está, a fim de garantirem uma “tranquilidade e sossego” que consideram existir no distrito. Acreditam que empreendimentos imobiliários não se estabelecerão em Joaquim Egidio da mesma maneira que ocorreu em Sousas.

Para a professora de Geografia entrevistada, a população local tem que encontrar meios de “convivência pacífica” com os visitantes pois é através destes que a opinião pública conhecerá as características da região. Podendo participar como aliado dos moradores em um processo de conservação do meio ambiente no distrito.

Das entrevistas realizadas, destaco a que foi feita com uma funcionária da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campinas. Segundo ela não existe hoje nada que

inviabilize futuros empreendimentos imobiliários no distrito, o que acontece é a exigência no cumprimento de regras sobre o respeito à natureza, por exemplo. E o cumprimento de regras, com certeza contribuiu para o projeto da APA municipal fosse engavetada na câmara dos vereadores. Para ela se o distrito apresenta as atuais características ( como o baixo grau de urbanização quando comparado aos demais distritos ) é porque os empresários da construção civil da cidade não tiveram interesse em realizar loteamentos no distrito. Porque a partir do momento que considerarem propício a abertura de loteamentos nesse distrito, eles irão acontecer, pois esse segmento sempre influenciou de maneira substancial a administração municipal. Para ela, “o que eles querem, eles conseguem”. Ela ressalta a importância da criação da APA federal para essa região de Campinas, a fim de segurar às pressões em nível quando isso ocorrer. Cita também que possivelmente houve pressão por parte de alguns proprietários rurais para que o limite do perímetro urbano não aumentasse, ficando algumas propriedades caracterizadas como área rural e consequentemente pagando menos impostos ( o ITR tem um valor menor do que o IPTU ), enquanto “aguardam um possível destino para o distrito”.

Portanto se a vocação existe, “nada” assegura que a mesma será respeitada. Essa opinião é compartilhada pela professora do departamento de Geografia de uma universidade de Campinas, pelo assessor de um deputado federal de da região de Campinas e pela funcionária da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campinas.



## **CONCLUSÃO**

O objetivo deste trabalho é apontar os possíveis processos em curso nesse espaço da cidade, os quais determinam uma menor concentração populacional, bem como o menor grau de urbanização nele encontrado quando comparado aos demais distritos.

Uma possível explicação seria a de que o tipo de propriedade da terra determinou a configuração atual do distrito. Pois temos que levar em consideração que “em Joaquim Egídio situa-se a maior concentração de fazendas preservadas e ativas de Campinas”(CAMPINAS, 1996 b). A causa de tal ocorrência pode ser uma possível especulação imobiliária, bem como “um aspecto cultural de preservar o lado rural, de tradição familiar”, que alguns proprietários rurais locais chegaram a mencionar.

Outra explicação seria a não constatação de vetores de indução de crescimento para este espaço da cidade, como foi a Unicamp para o distrito de Barão Geraldo e a rodovia Anhanguera para o distrito de Nova Aparecida, por exemplo.

Constatou-se também, através de entrevistas com moradores, que existe um sentimento de preservação das condições de vida local, como tranquilidade, segurança, etc. Segundo esses moradores, a maioria da população local não gosta da perda dessa tranquilidade nos fins de semana, quando o distrito é “invadido por turistas” que frequentam alguns “barzinhos ou procuram desfrutar das belezas naturais”.

Também poderia ser utilizado como argumento para a explicação do observado em Joaquim Egídio o próprio tipo de relevo encontrado na região. O distrito está localizado em terrenos amorceados de inclinação moderada a forte, o que implica na necessidade de maiores cuidados e diretrizes mais restritivas para o parcelamento urbano.

Portanto, podemos apontar como fatores que expliquem os valores inferiores da população total e do grau de urbanização do distrito de Joaquim Egídio em relação aos demais distritos:

- o tipo de propriedade da terra;
- a existência de legislação sobre o meio ambiente que regulamenta o uso e ocupação do solo;
- o papel das grandes propriedades rurais em relação a questão da parcelização do solo;
- indicativos de um processo imobiliário especulativo que gera vazios urbanos a espera de valorização , ou mesmo uma “falta de interesse por parte dos empresários da construção civil até o momento”.

Por enquanto, o título deste trabalho pode sugerir uma noção diferente daquela que é a real. Isto é, pelo título passa-se a idéia de que nesta parte da cidade houve um significativo crescimento populacional e significativa urbanização. Mas o encontrado foi totalmente diferente quando comparado com os demais distritos do município de Campinas.

Enfatizo o “por enquanto”, pois através das entrevistas realizadas “nada assegura” que esse quadro não poderá mudar.

## **Referência Bibliográfica**

BAENINGER,R..Dinâmica Econômica, Populacional e Expansão Urbana em Campinas. **IX Seminário do Programa de Bolsas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Friburgo,1989.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista**. Tese de mestrado apresentada ao IFCH-Unicamp,1992.

BOLAFFI,G. Planejamento Urbano: reflexão sobre a experiência recente. **Novos Estudos - CEBRAP**,1(4),1982.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Subsídios para a discussão do Plano Diretor**. Campinas,1991.

\_\_\_\_\_. **Campinas: Plano Diretor**, 1996 a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento. **Sumário de Dados-número 1**. Campinas,1993.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. **Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Sousas e Joaquim Egídio, APA MUNICIPAL**. Campinas, março, 1996 b.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. **Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo** . Campinas, 1996 c.

CANO,W.. Subsídios para Reformulação das Políticas de Descentralização e de Urbanização no Estado de São Paulo. **A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no**

**Estado de São Paulo (1920-1980).** São Paulo, Fundação SEADE (Coleção Economia Paulista), vol.1,no. 1, 1988.

\_\_\_\_\_. Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro pós 1930. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Olinda, 1988.

EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO S.A.-EMPLASA. **Organização Regional: Grande São Paulo ,Campinas e Santos-Proposições /Fundamentos .** São Paulo, mai/jun 1990 (mimeo).

FUNDAÇÃO SEADE. Migração no Interior do Estado de São Paulo- **Informe Demográfico.** São Paulo, Fundação SEADE ,23, 1990.

GOMES, Zuleika Godói. **Monografia Histórica e Estatística do Distrito de Sousas.** Campinas, 1973.

GONÇALVES, M.A. & SEMEGHINI, U. **Campinas: segunda metrópole paulista ?** Instituto de Economia, UNICAMP, 1987, (mimeo).

LANGENBUCH, J.R.. **A Estruturação da Grande São Paulo- estudo da geografia urbana.** Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, da Universidade de Campinas, 1971.

LAPA, J.R.A. . **Primeiras notas para uma bibliografia da História de Campinas.** Marília, 1966, (mimeo).

\_\_\_\_\_. História de Campinas: tarefa para os próximos dez anos. **Revista de História .** São Paulo, jun/set, 1976.

\_\_\_\_\_. **A economia cafeeira.** Ed. Brasiliense. Coleção Tudo é História. São Paulo, 1983.

LOCHIN, Atilio. **Ontem & Hoje, Memórias dos Imigrantes.** 1989.

PUPO,C.M.M. . **Campinas um Município do Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada , sesmarias, engenhos e fazendas.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1973.

SEMEGHINI,U. C. . **Campinas (1860 a 1980): agricultura,industrialização e urbanização.** Tese de mestrado apresentada ao I.E.-Unicamp,1988.

ZIMMERMANN, G. . **Finanças Públicas Municipais: o caso de Campinas.** Tese de mestrado apresentada ao I.E.-Unicamp,1987.

\_\_\_\_\_. O Município no Sistema Tributário: os Municípios Paulistas e o Caso de Campinas. **A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980).** Fundação SEADE (Coleção Economia Paulista vol.1 , no. 3).1989.

ZIMMERMANN,G. & SEMEGHINI, U. C. . Estudo de casos: Campinas. **Relatório Final da Pesquisa Explosão Urbana no Estado de São Paulo - 1970-1985.** IE/UNICAMP.vol.II, 1988.

## **ANEXOS<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> A FIGURA 01 foi retirada de CAMPINAS, 1993

A FIGURA 03 foi retirada de CAMPINAS, 1996 a.

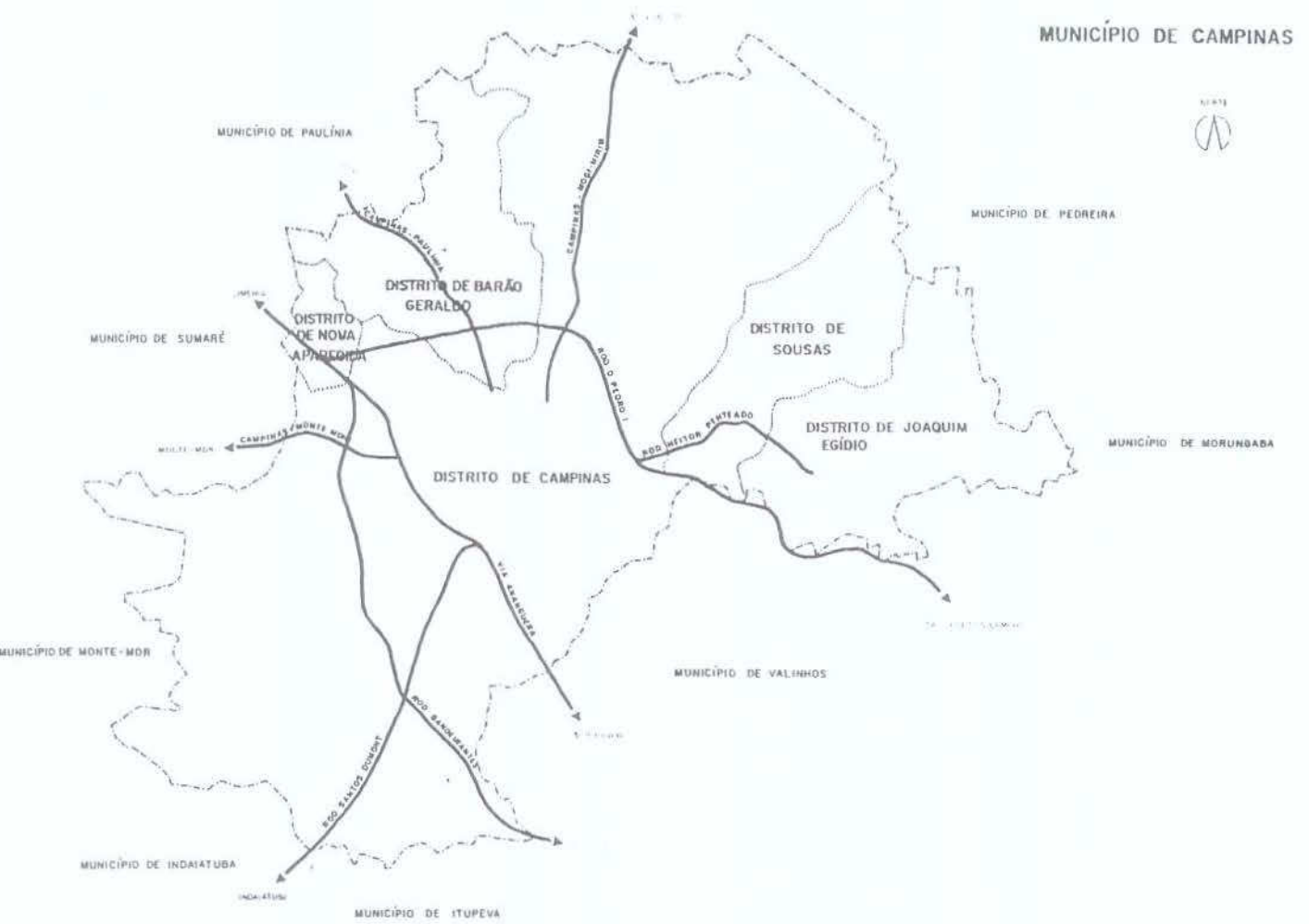
As FIGURAS 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 foram retiradas de CAMPINAS, 1996 b.

Foram realizadas entrevistas, durante o mês de outubro/novembro 1997, com os seguintes agentes:

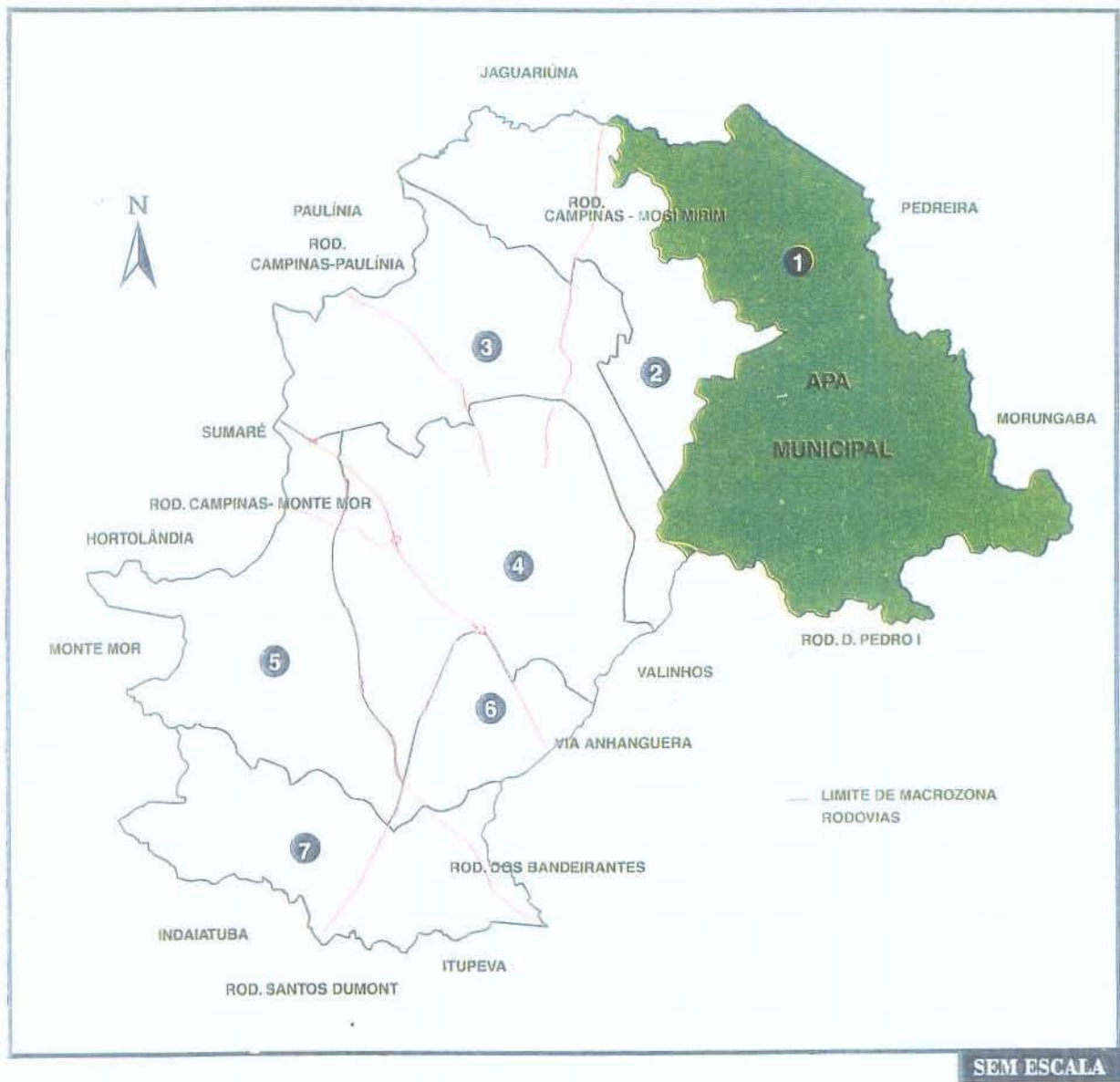
- Professora do departamento de Geografia de uma universidade de Campinas;
- Funcionária da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campinas;
- Vereador da situação na cidade de Campinas;
- Assessor de um vereador da oposição na cidade de Campinas;
- Assessor de um deputado federal da região de Campinas;
- Dois proprietários rurais do distrito de Joaquim Egídio;
- Dois moradores da área urbana do distrito de Joaquim Egídio .



**FIGURA 01** MUNÍCIPIO de CAMPINAS



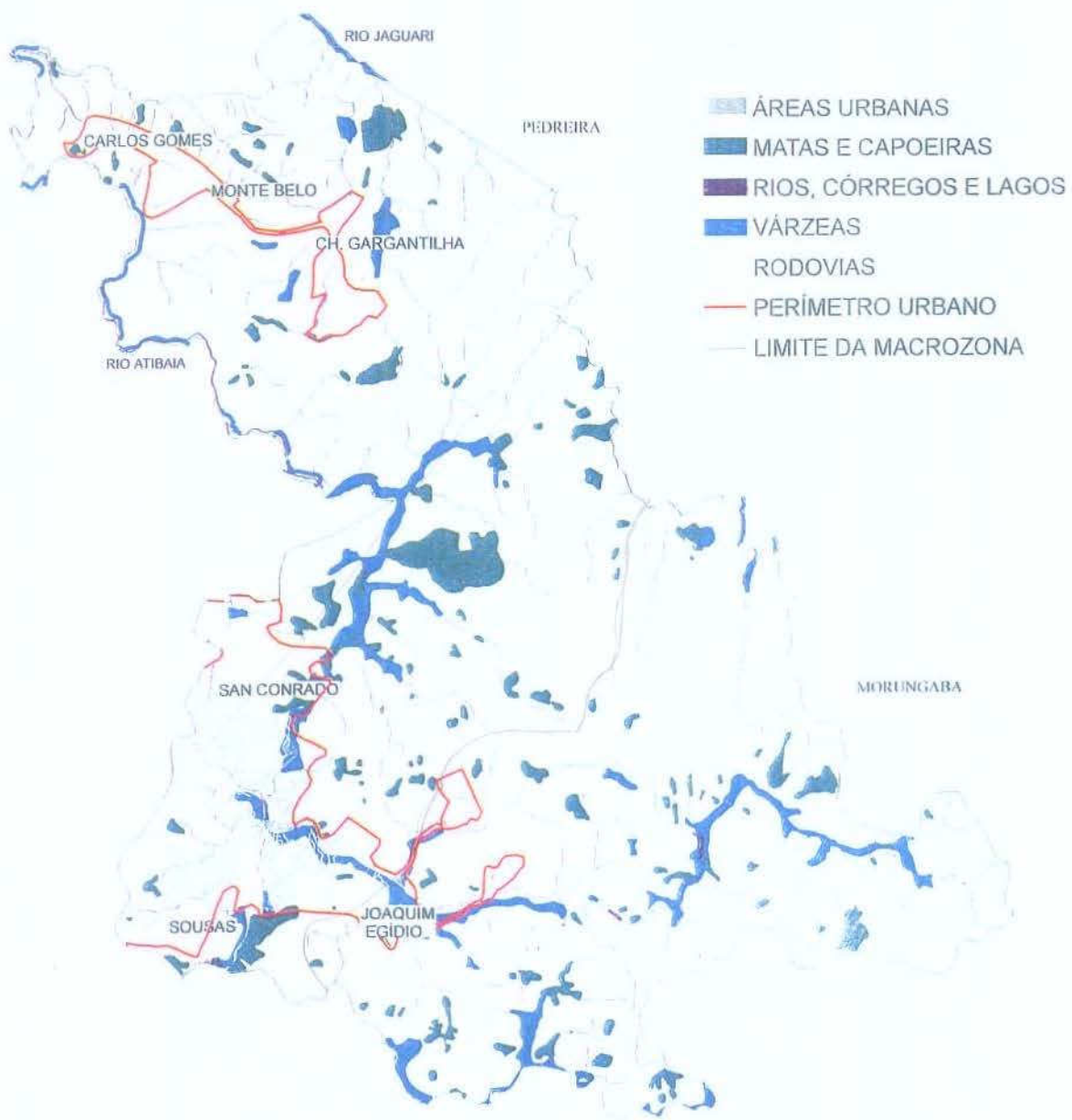
**FIGURA 02** LOCALIZAÇÃO da APA e MACROZONEAMENTO do MUNICÍPIO DE CAMPINAS



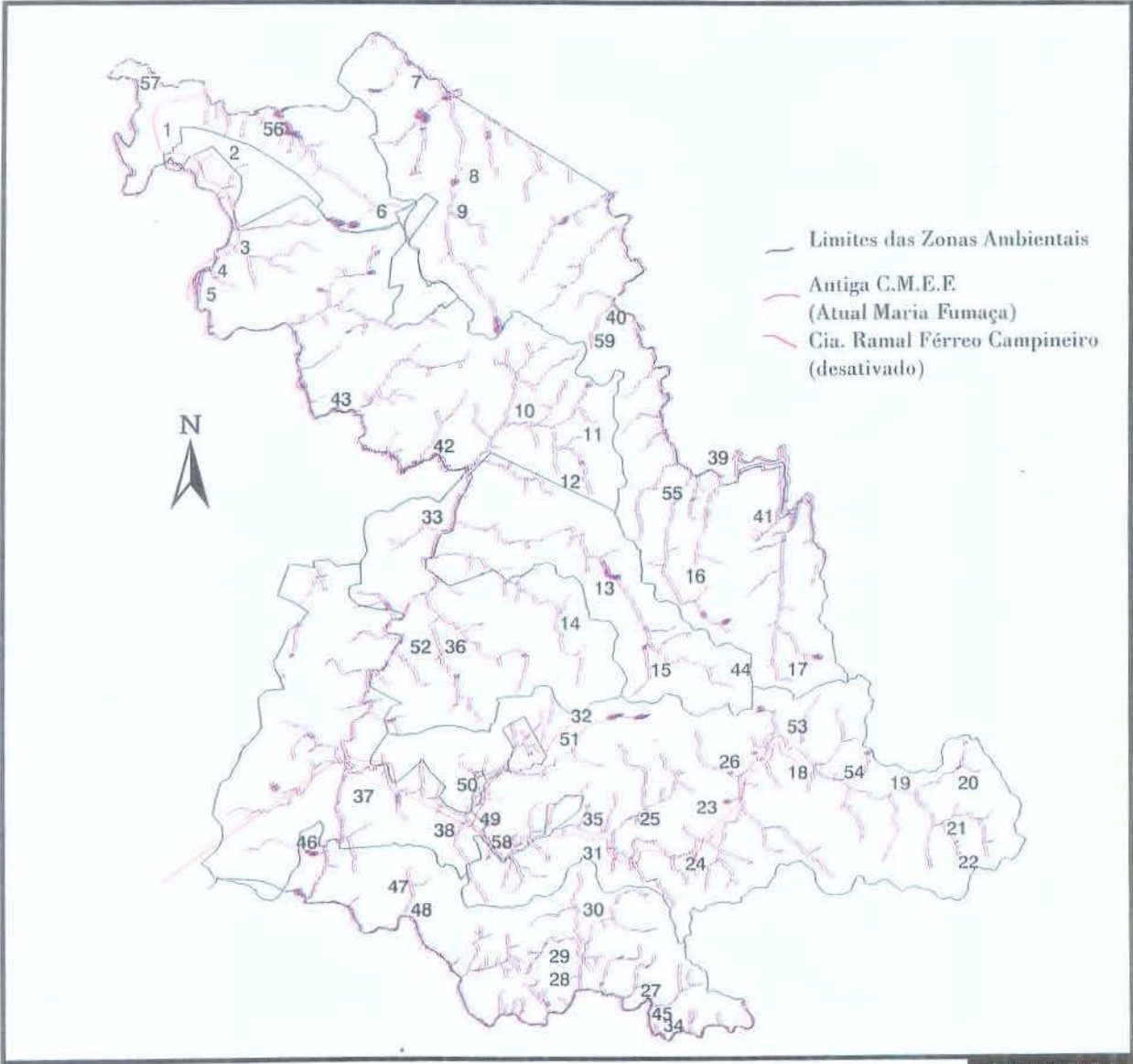
## MACROZONAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

- 1 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA
- 2 ÁREA COM RESTRIÇÃO À URBANIZAÇÃO - ARU
- 3 ÁREA DE URBANIZAÇÃO CONTROLADA NORTE - AUC-N
- 4 ÁREA DE URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA - ACON
- 5 ÁREA DE RECUPERAÇÃO URBANA - AREC
- 6 ÁREA DE URBANIZAÇÃO CONTROLADA SUL - AUC-S
- 7 ÁREA IMPRÓPRIA À URBANIZAÇÃO - AIU

**FIGURA 03** ÁREA de PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA



**FIGURA 04 PATRIMÔNIO CULTURAL e ARQUITETÔNICO - APA MUNICIPAL**

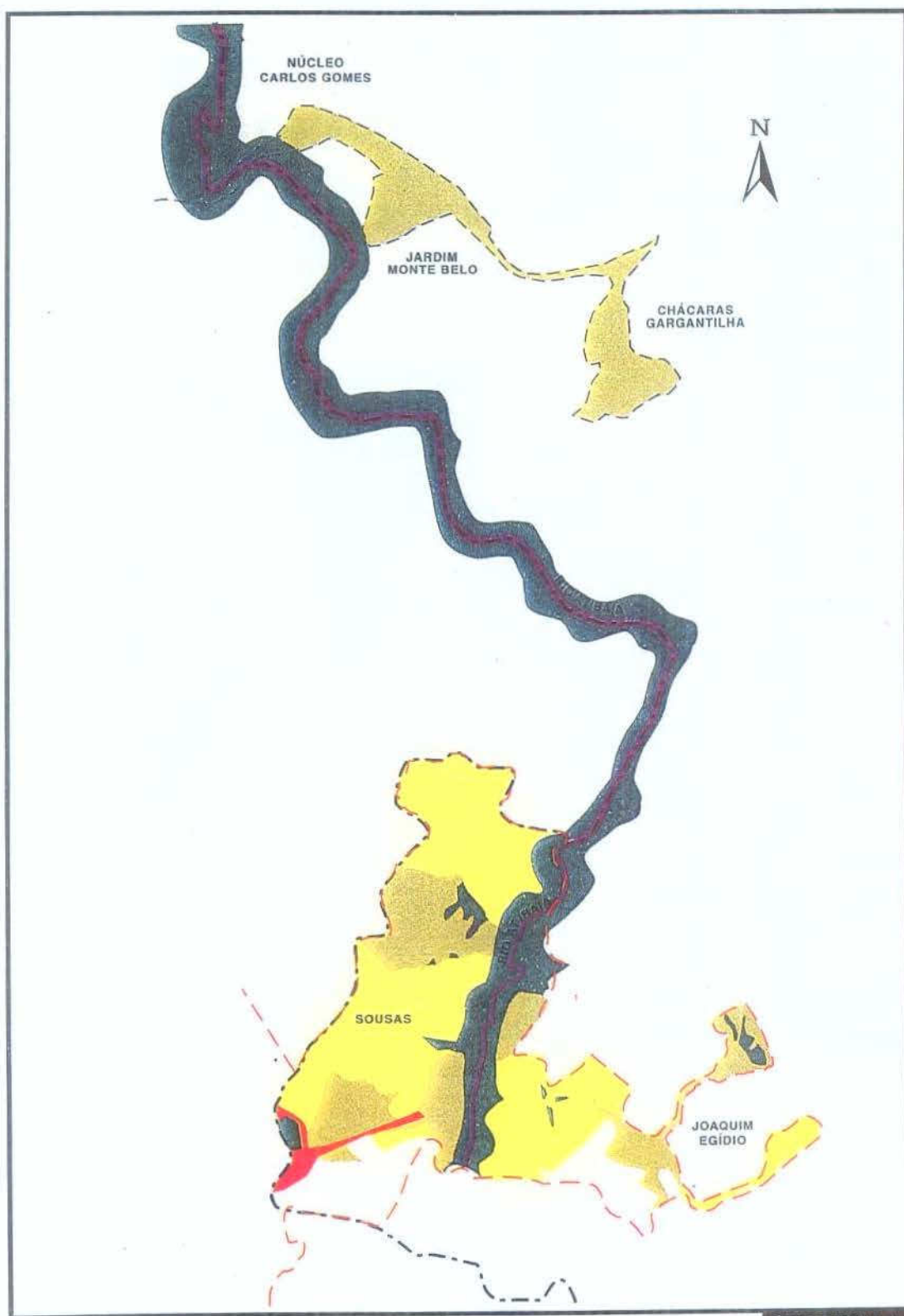


**SEM ESCALA**

- |                             |                                  |                                     |                                 |
|-----------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|
| 1. ESTAÇÃO CARLOS GOMES     | 15. FAZ. SANTO ANTONIO           | 30. FAZ. SANTA HELENA               | 45. FAZ. SALTO GRANDE           |
| 2. NÚCLEO CARLOS GOMES      | 16. FAZ. SANTA MARIA             | 31. FAZ. SANTA LUZIA                | 46. FAZ. SANTANA                |
| 3. EST. DESEMB. FURTADO     | 17. FAZ. SÃO JORGE               | 32. ESTAÇÃO DR. LACEIDA             | 47. FAZ. SANTANA DA LAPA        |
| 4. ANT. ESCOLA SERICULTURA  | 18. ESTAÇÃO CABRAS (ANTIGO R.R.) | 33. FAZ. FAZENDINHA                 | 48. FAZ. SANTA MARGARIDA        |
| 5. FAZ. DUAS PONTES         | 19. FAZ. SÃO JOAQUIM             | 34. USINA SALTO GRANDE (CPFL)       | 49. ESTAÇÃO JOAQUIM EGÍDIO      |
| 6. FAZ. SETE QUEDAS         | 20. FAZ. BOMFIM                  | 35. FAZ. CAPOEIRA GRANDE            | 50. FAZ. SANTA RITA             |
| 7. FAZ. JAGUARI             | 21. FAZ. SÃO PEDRO               | 36. FAZ. STA. TEREZINHA DA FLORESTA | 51. FAZ. ALPES                  |
| 8. FAZ. RECREIO             | 22. OBSERVATÓRIO MUNICIPAL       | 37. CENTRO DE SOUSAS                | 52. FAZ. SÃO JOÃO               |
| 9. FAZ. BOM RETIRO          | 23. FAZ. BOA VISTA               | 38. CENTRO DE JOAQUIM EGÍDIO        | 53. FAZ. SÃO JOSÉ               |
| 10. FAZ. SANT'ANGÉLICA      | 24. FAZ. SANTA MÔNICA            | 39. USINA JAGUARI                   | 54. FAZ. DAS CABRAS             |
| 11. FAZ. IRACEMA            | 25. FAZ. PALMEIRAS               | 40. USINA MACACO BRANCO             | 55. FAZ. ROSEIRA                |
| 12. FAZ. SANTANA DO ATALAIA | 26. FAZ. CACHOEIRA               | 41. FAZ. SÃO RAFAEL                 | 56. F. STA. RITA DO MATO DENTRO |
| 13. FAZ. ARACAJU            | 27. FAZ. GUARIROBA               | 42. FAZ. STO. ANTONIO DA MANGUEIRA  | 57. FAZ. SÃO JOÃO DO ATEBAIA    |
| 14. FAZ. DAS PEDRAS         | 28. FAZ. TRÊS PEDRAS             | 43. FAZ. ESPÍRITO SANTO             | 58. FAZ. DO SERTÃO              |
|                             | 29. FAZ. SÃO FRANCISCO DE ASSIS  | 44. FAZ. SÃO LOURENÇO               | 59. FAZ. ROSEIRA                |



**FIGURA 05 ZONEAMENTO ATUAL DAS ÁREAS URBANAS DA APA**



SEM ESCALA



ZONA 03



ZONA 04

--- LIMITE DA A.P.A.

DADOS COUS - SEPLAMA



ZONA 11

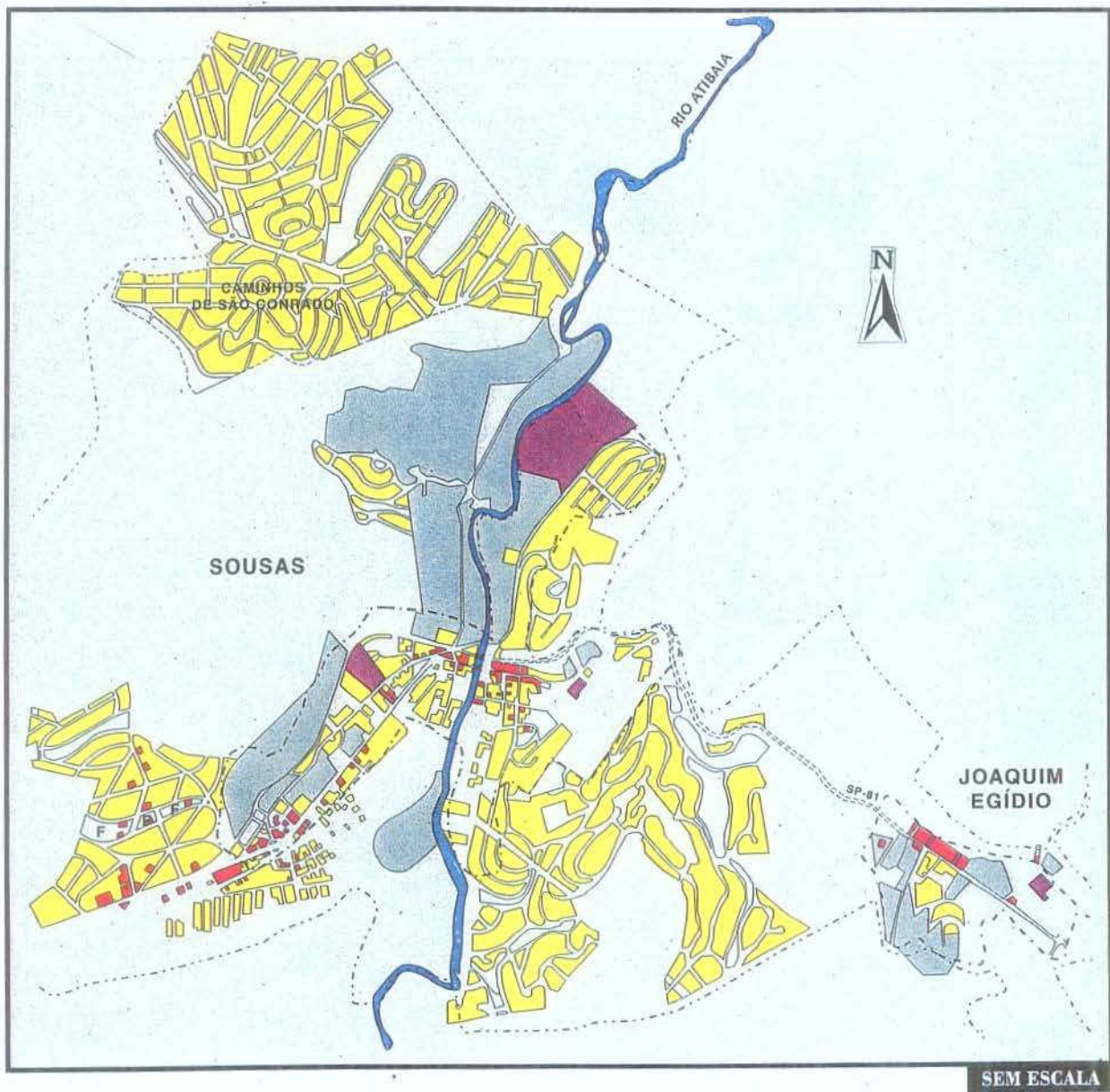


ZONA 18

--- PERÍMETRO URBANO ATUAL



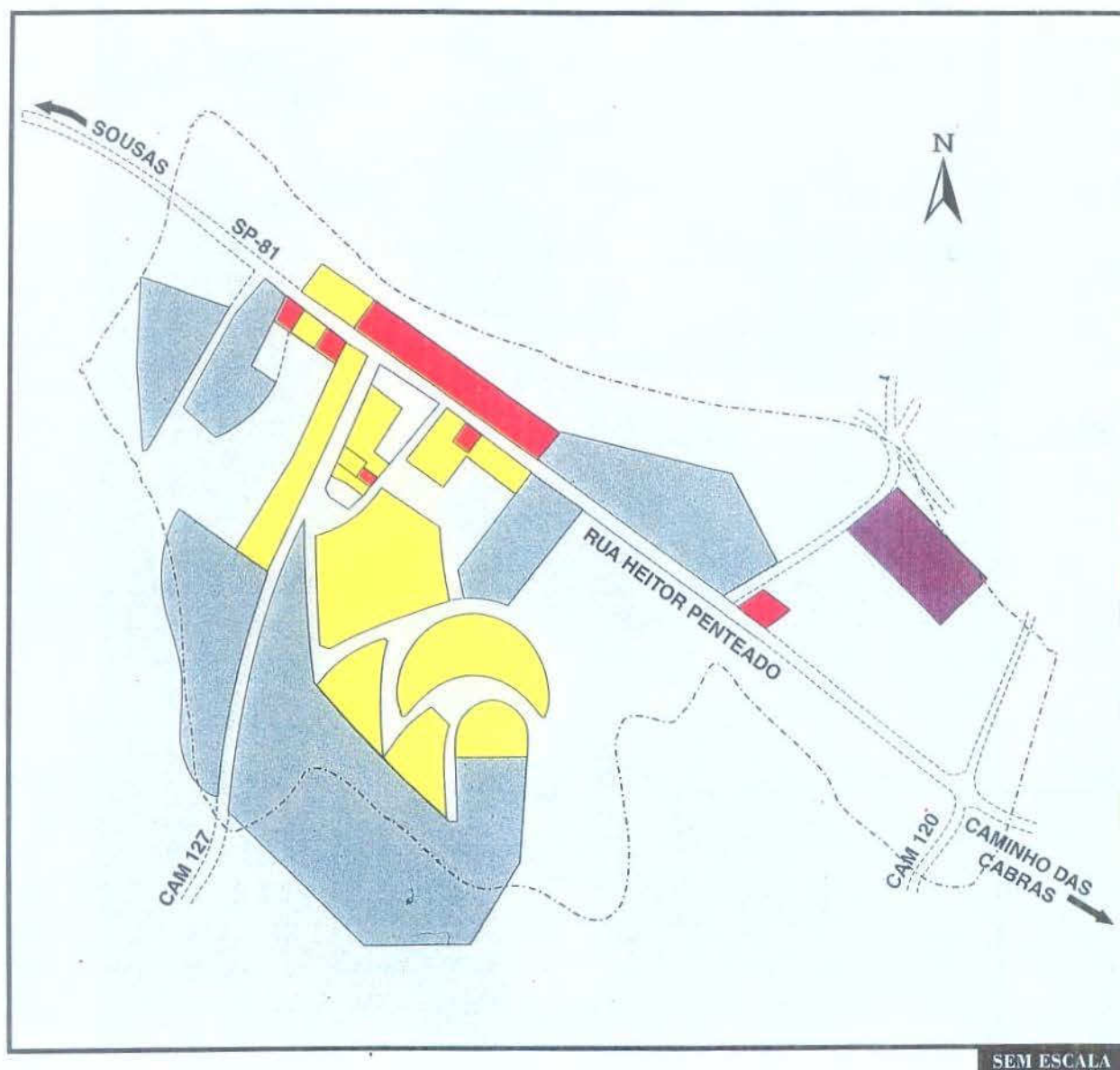
**FIGURA 06** USO REAL do SOLO - 1993 - SOUSAS e JOAQUIM EGÍDIO



- CONCENTRAÇÃO DE USOS COMERCIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- USO RESIDENCIAL / INSTITUCIONAL / LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS
- USO INDUSTRIAL
- CHÁCARAS
- F FAVELAS
- PERÍMETRO URBANO 1962-64 A 1994
- ZONA DE EXPANSÃO URBANA 1980 A 1994

DADOS COUS - SEPLAMA

**FIGURA 07** USO REAL do SOLO - 1986 - JOAQUIM EGÍDIO

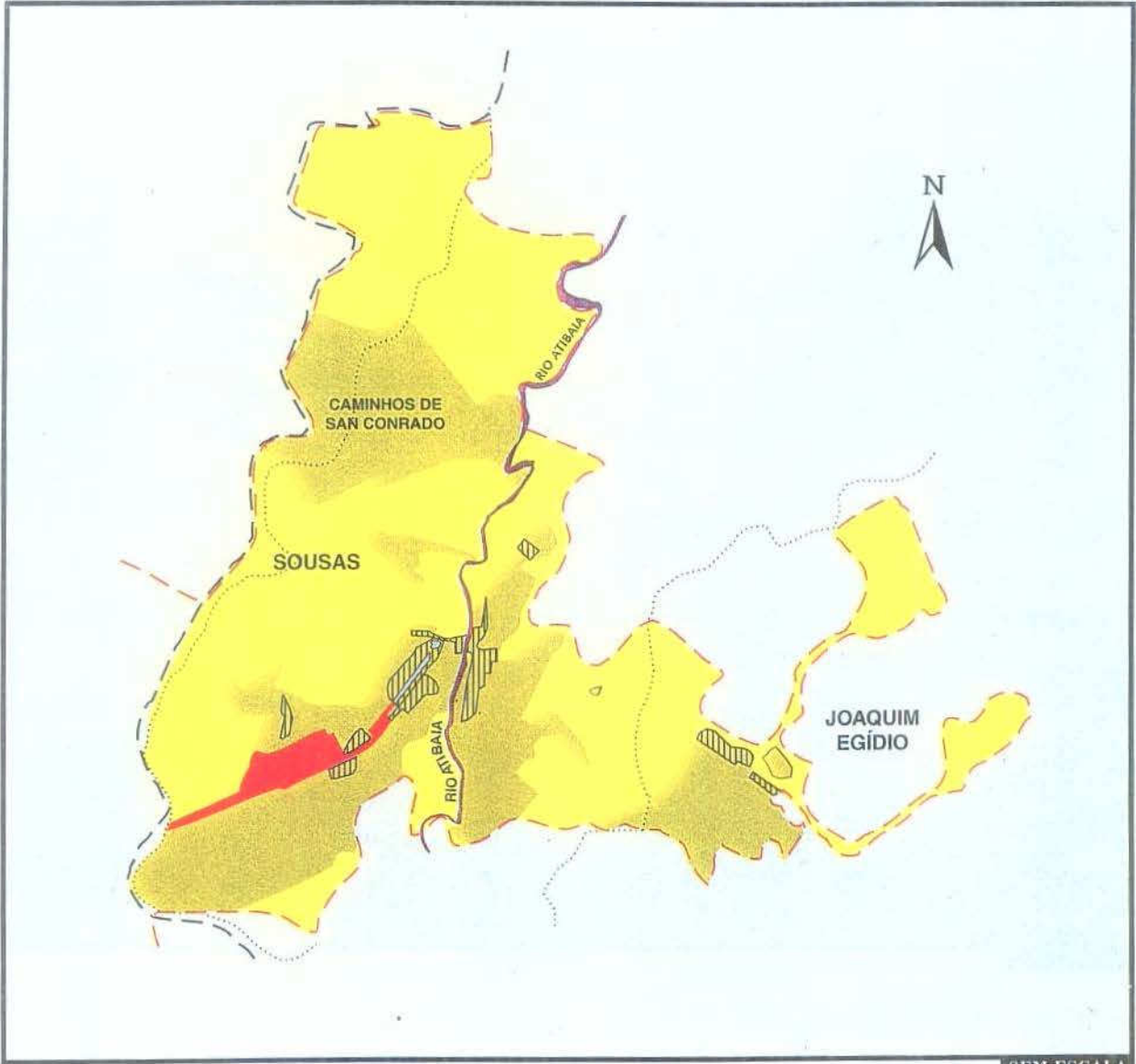


- CONCENTRAÇÃO DE USOS COMERCIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- USO RESIDENCIAL / INSTITUCIONAL
- USO INDUSTRIAL
- CHÁCARAS
- PERÍMETRO URBANO 1962 A 1994

DADOS COUS - SEPLAMA



**FIGURA 08** ZONEAMENTO URBANO PROPOSTO de SOUSAS e J. EGÍDIO

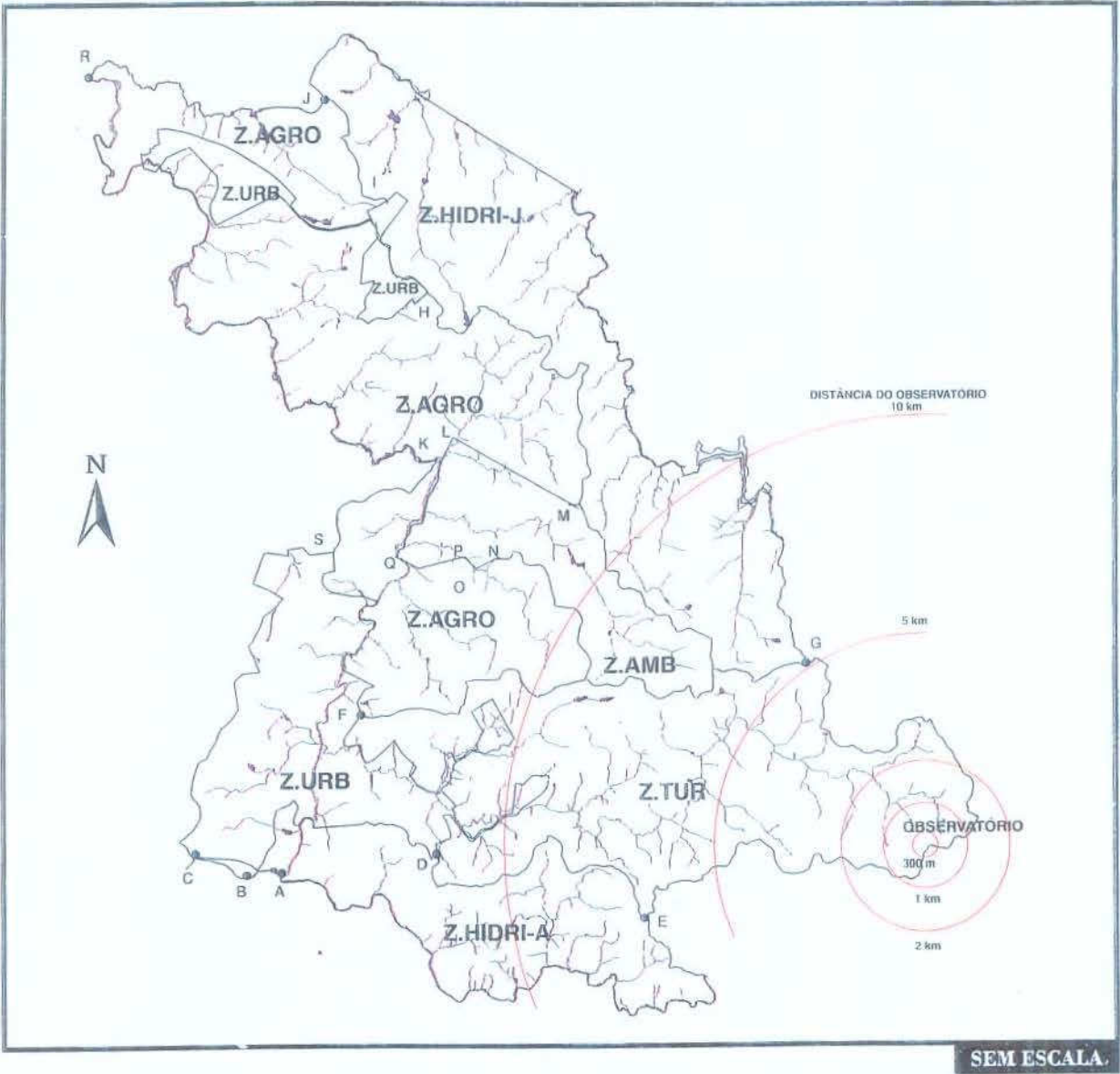


SEM ESCALA

-  ZONA 3 - APA
-  ZONA 4 - APA
-  ZONA 11 - APA
-  LIMITE DA APA
-  LIMITE DE DISTRITO
-  LIMITE DO PERÍMETRO URBANO *de mandef*



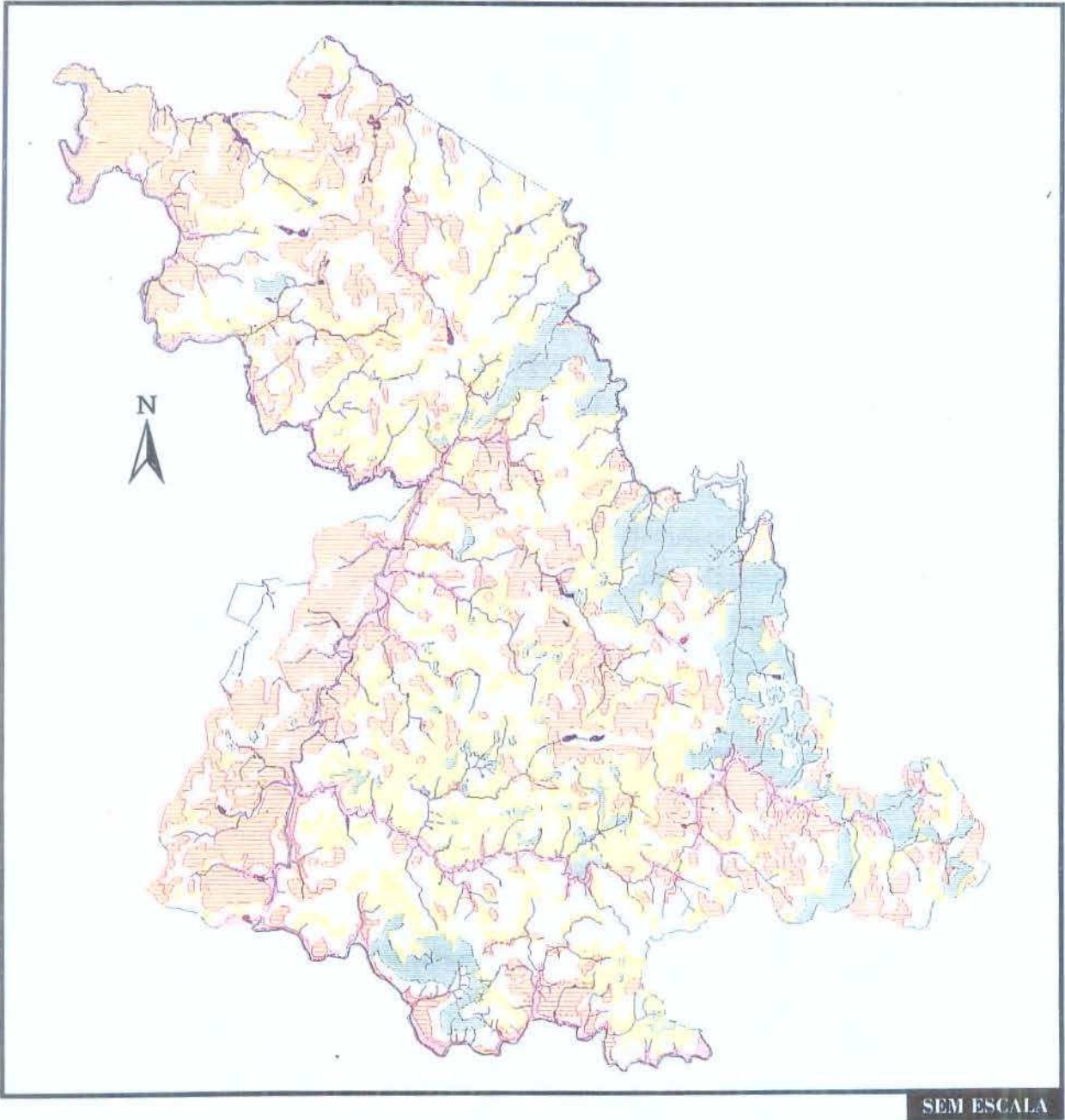
**FIGURA 09** ZONEAMENTO AMBIENTAL - APA MUNICIPAL



Z.AMB  
Zona de Conservação Ambiental (1553,0 ha)  
Z.HIDRI-J  
Zona de Conservação Hídrica do rio Jaguari (4388,9 ha)  
Z.HIDRI-A  
Zona de Conservação Hídrica do rio Aituba (2281,2 ha)

Z.AGRO  
Zona de Uso Agropecuário (6448,2 ha)  
Z.TUR  
Zona de Potencial Turístico (4691,9 ha)  
Z.URB  
Zona de Uso Urbano Disciplinado (2915,4 ha)

**FIGURA 10** CAPACIDADE de USO das TERRAS - APA MUNICIPAL



- GRUPO A**
- III.e: Cultivos anuais, semi-perenes e permanentes, com problemas complexos de conservação do solo. Decl. de 2 a 12%.
  - III.e: Cultivos anuais, semi-perenes e permanentes, com problemas complexos de excesso de água. Declividades de até 2%.
  - IV.e: Cultivos permanentes ou ocasionalmente anuais e semi-perenes, com problemas complexos de conservação do solo. Declividades de 12 a 30%.

- GRUPO B**
- VI.e: Pastagem e reflorestamento com problemas simples de conservação. Declividades de 30 a 45%.
  - VII.e: Pastagem e reflorestamento com problemas complexos de conservação. Declividades de 45 a 60%.